MINERAÇÃO

Empresas menores cortam produção e demitem % PÁG. 5

MOTOCICLETAS

Avelloz quer 4% das vendas no Estado % PÁG. 6

MM2032

Saldo do fórum é agenda pronta para 2027 % PÁGs. 9 e 10

VARIEDADES

Filarmônica ganha fundo patrimonial com doações % PÁG. 16

% Diário do Comércio

94 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Terça-feira, 17 de novembro de 2026

EDIÇÃO 25.670

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

TURISMO

Cânions de Capitólio atraem investimento de R$ 450 milhões

% Empreendimento Cataguá abre o Tuná Parque Aquático em fevereiro de 2027, amplia o Pauá Parque e constrói *resort*

O Empreendimento Cataguá, complexo de lazer próximo aos cânions de Capitólio, vai investir R$ 450 milhões na ampliação das atrações. A principal novidade é o Tuná Parque Aquático, com inauguração prevista para 17 de fevereiro de 2027 e aporte de cerca de R$ 200 milhões. Com 150 mil m², piscinas de ondas e toboágua de 16 metros, o parque terá capacidade para 6 mil visitantes por dia. O projeto inclui ainda a expansão do Pauá Parque e a construção do Cataguá Resort Esmeralda. A operação deve gerar 200 empregos diretos e 800 indiretos em Capitólio, Passos e outros municípios da região. Metade dos turistas que visitam a região vem de São Paulo, e os mineiros respondem por cerca de 35% do público. **% PÁG. 11**



Vista aérea do Tuná Parque Aquático, em fase final de obras, que terá praia com areia de verdade, usina fotovoltaica e trevo de acesso com pista dupla na MG-050 FOTO: DIVULGAÇÃO / CATAGUÁ

ENERGIA

Fiemg quer acelerar licenciamento de novas hidrelétricas

A Fiemg encaminhou ao governo estadual propostas para simplificar o licenciamento ambiental e retomar a construção de hidrelétricas com reservatórios a partir de 2027. Segundo a entidade, o prazo de implantação desses projetos poderia cair de 7 a 10 anos para 4 ou 5 anos. **% PÁG. 3**



Usinas movidas pela força dos rios podem reduzir a dependência de termelétricas nos horários de pico FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

INVESTIMENTOS

Juros altos nos EUA tiram brilho do ouro no mercado global

Após se aproximar de US$ 5,6 mil por onça em janeiro, o ouro entrou em fase de correção. Juros mais altos nos Estados Unidos, inflação resiliente e dólar forte reduzem o apelo do metal, que segue relevante como proteção de carteira, avaliam analistas. **% PÁG. 4**



Tensões no Oriente Médio, que costumam valorizar ativos seguros, desta vez pesaram contra a cotação FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

PISCICULTURA

Pele de tilápia pode virar couro nobre

O Sebrae Minas quer estruturar em Morada Nova de Minas, maior produtora de tilápia do País, uma cadeia para transformar a pele do peixe, hoje vendida a cerca de R$ 0,30, em couro para moda, decoração e artesanato. A base produtiva deve ser organizada em 2027. **% PÁG. 8**



Espécie mais cultivada no Estado registra crescimento acima da média nacional nos últimos anos FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

VAREJO

Shoppings de BH sorteiam carros para atrair clientes

Shoppings da capital mineira apostam em sorteios de veículos, brindes e decoração temática para estimular as compras de Natal neste ano. O Minas Shopping, por exemplo, ampliou em 15% os investimentos nas ações e espera vender 10% mais que em 2025. **% PÁG. 13**



Chegada do Papai Noel abre a temporada mais importante do ano para os lojistas da Capital FOTO: DIVULGAÇÃO / NICOLAS PARREIRAS

TRAGA SEU BENEFÍCIO PARA O BANCO DOS 50+
BANCO MERCANTIL

DÓLAR DIA 16

COMERCIAL			
COMPRA	R$ 5,7760	VENDA	R$ 5,7770
TURISMO			
COMPRA	R$ 5,8290	VENDA	R$ 6,0090
PTAX (BC)			
COMPRA	R$ 5,7318	VENDA	R$ 5,7324

EURO DIA 16

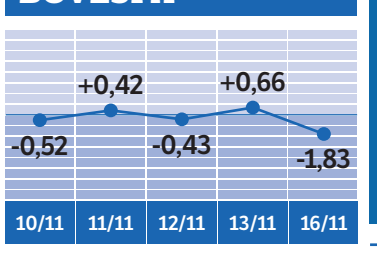
COMERCIAL			
COMPRA	R$ 6,3084	VENDA	R$ 6,3102

OURO DIA 16

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 3.855,58
BM&F (g)	R$ 715,66

TR dia 17	0,1303%
POUPANÇA dia 17	0,6310%
IPCA – IBGE Setembro	0,82%
IPCA – IPEAD Setembro	0,21%
IGP-M Outubro	1,47%

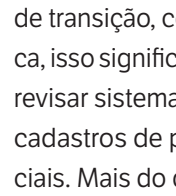
BOVESPA



TRAGA SEU BENEFÍCIO PARA O BANCO DOS 50+
BANCO MERCANTIL

OPINIÃO

A reforma já exige decisões



Julio Moreira
Contador, sócio-fundador da iDVL Tecnologia Contábil e consultor de Inteligência Artificial e Inteligência de Negócios na SEFA-PR

A reforma tributária brasileira entra em uma nova fase em 1º de janeiro de 2027, mas, para milhares de empresários, as decisões mais importantes precisam ser tomadas ainda em 2026. Com o fim do PIS e da Cofins e o início da cobrança efetiva da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o País começa a transformar seu sistema de tributação sobre o consumo. Para pequenas e médias empresas, especialmente as optantes pelo Simples Nacional, o desafio vai além de compreender as novas regras: será necessário avaliar como elas afetam preços, contratos, competitividade e a própria sustentabilidade dos negócios.

Embora a mudança seja gradual, seus efeitos exigem preparação imediata. Enquanto o ICMS e o ISS permanecem em vigor sem alterações estruturais até 2028, a CBS passa a integrar efetivamente a rotina tributária das empresas em 2027. O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), por sua vez, continuará em fase de transição, com alíquota reduzida. Na prática, isso significa que os empresários precisam revisar sistemas de emissão de notas fiscais, cadastros de produtos e estratégias comerciais. Mais do que uma alteração na forma de recolher impostos, a reforma modifica a maneira como as empresas calculam custos e se relacionam com fornecedores e clientes.

Entre as decisões mais relevantes estava a possibilidade de adesão ao chamado Simples Nacional híbrido, cujo prazo de opção terminou em 30 de outubro de 2026. Nesse modelo, a empresa permanece no Simples para os demais tributos, mas recolhe IBS e CBS separadamente, permitindo maior aproveitamento de créditos tributários.

A alternativa pode ser vantajosa para negócios que vendem principalmente a outras empresas e possuem compras relevantes que geram créditos. Por outro lado, aqueles que atendem diretamente ao consumidor final podem encontrar melhores condições no regime tradicional. Portanto, a escolha não deve ser orientada apenas pela alíquota, mas pelo perfil dos clientes, pela estrutura de custos e pelas características de cada operação.

Existe, entretanto, um desafio adicional: os empresários precisam tomar essa decisão antes da definição oficial da alíquota da CBS para 2027. A legislação prevê uma janela de cancelamento da opção entre 3 de novembro e 20 de dezembro, o que permite revisar a estratégia após a divulgação dos parâmetros tributários.

Esse intervalo deve ser utilizado com inteligência. Simular diferentes cenários, analisar o histórico de compras e vendas e projetar impactos financeiros são medidas fundamentais para evitar decisões precipitadas. O maior risco não está necessariamente na escolha de um regime ou outro, mas em decidir sem conhecer os números do próprio negócio.

Nesse cenário, a contabilidade assume um papel cada vez mais estratégico. O contador deixa de ser visto apenas como responsável pelo cumprimento de obrigações fiscais e passa a atuar como parceiro na interpretação de dados e na tomada de decisões. A reforma tributária não precisa ser encarada como motivo de pânico, mas como um convite ao planejamento. Empresas que aproveitarem os próximos meses para organizar informações, revisar contratos e construir cenários estarão mais preparadas para enfrentar a transição. Afinal, 2027 começa oficialmente em janeiro, mas a capacidade de adaptação das empresas será definida pelas decisões tomadas antes disso. %

Prêmio Nobel Tropical da Paz 2026



Manoel Mário de Souza Barros
Diretor-presidente da Academia Latino-Americana do Agronegócio (Alagro), Conselheiro do Cosag/Fiesp, Conselheiro Jurídico e Empresarial da ACMinas, Advogado especializado em Direito do Agronegócio, professor, escritor e doutor em Agronegócio

Em um mundo marcado por conflitos geopolíticos, guerras, desigualdades sociais e insegurança alimentar, a construção da paz precisa ultrapassar os limites da diplomacia tradicional. Garantir alimentos à população mundial também é uma forma de promover estabilidade, dignidade e desenvolvimento humano. É nessa perspectiva que a trajetória de Roberto Rodrigues, engenheiro agrônomo, ex-ministro da Agricultura e uma das principais lideranças do cooperativismo brasileiro, ganha dimensão internacional.

A expressão Nobel Tropical da Paz representa, simbolicamente, o reconhecimento de uma trajetória dedicada à agricultura, ao cooperativismo e à segurança alimentar. Sua atuação demonstra que o agronegócio pode desempenhar um papel muito mais amplo do que aquele associado exclusivamente à produção e ao crescimento econômico: pode ser um instrumento de transformação social e de aproximação entre os povos.

Formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), Rodrigues construiu uma carreira marcada pela liderança institucional e pela defesa do desenvolvimento agrícola. Presidiu a Organização das Cooperativas Brasileiras e a Aliança Cooperativa Internacional, tornando-se o primeiro brasileiro a ocupar a presidência desta última. Entre 2003 e 2006, também esteve à frente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, contribuindo para importantes debates sobre competitividade, inovação e políticas públicas para o setor.

Sua visão de agricultura está diretamente relacionada à segurança alimentar mundial. Afinal, a fome não representa apenas um problema econômico ou social: constitui também um fator de instabilidade, capaz de aprofundar desigualdades e ampliar tensões entre comunidades e nações. Nesse sentido, produzir alimentos com responsabilidade significa contribuir para um ambiente internacional mais seguro e equilibrado.

O Brasil ocupa posição estratégica nesse cenário. Sua experiência em agricultura tropical, associada à pesquisa científica, à inovação tecnológica e à capacidade produtiva, oferece oportunidades para colaborar com o enfrentamento da fome e dos desafios climáticos. Entretanto, esse protagonismo exige compromisso com a sustentabilidade, a preservação ambiental, a valorização dos produtores rurais e o fortalecimento das cooperativas.

A trajetória de Roberto Rodrigues representa, portanto, uma importante reflexão sobre o papel da agricultura na construção de um futuro mais justo. Sua contribuição ultrapassa as fronteiras nacionais e reforça a ideia de que alimentar o mundo também significa cuidar das pessoas e promover a convivência entre os povos.

Se a paz começa quando a fome deixa de ameaçar a vida humana, a agricultura responsável torna-se uma poderosa ferramenta de transformação. É nessa concepção que Roberto Rodrigues simboliza um verdadeiro Nobel Tropical da Paz. %

EDITORIAL

Choque e fantasias

Em recente entrevista ao jornal "The New York Times" o senador Flávio Bolsonaro declarou que deixou o Brasil por conta própria e sem qualquer espécie de ajuda externa. E saiu por se sentir ameaçado, sob risco de enfrentar um processo injusto e cujo desfecho, prisão, poderia antecipar com certeza. Sem quaisquer explicações ou sequer indícios de provas, o candidato derrotado voltou a acusar o sistema eleitoral, denunciou que perdeu apenas por conta de fraudes. E do mesmo sistema que serviu para chancelar sua vitória no primeiro turno, anteriormente levou seu pai à Presidência da República e agora elegeu – e sem nenhuma espécie de questionamento – sua madrasta e irmãos.

Mas o senador, apesar de se encontrar fora do País e aparentemente sem planos para retorno, prossegue no cargo e em pleno gozo de suas vantagens. Como votar remotamente e, pior, nomear assessores para seu gabinete, que incrivelmente prossegue aberto e ativo. Tudo certo, tudo normal, com a Secretaria Geral da Mesa sustentando que o mandato de Flávio "segue normalmente", uma vez que não há decisão judicial ou procedimento de perda de mandato que impeça o parlamentar de exercer suas funções." Estar fora do território nacional e a cerca de 6 mil quilômetros de distância também não ter mínima importância.

E nada parece ser motivo para desânimo. O candidato derrotado continua se dizendo vítima de fraude e denuncia a integridade do sistema de recolhimento e contagem de votos, o mesmo que tem amplo reconhecimento como um dos melhores do mundo, fato confirmado por observadores internacionais que acompanharam as recentes votações. E cujos resultados, cabe acrescentar, foram reconhecidos e aceitos também pelo PL, justo o partido que abriga o senador.

Nada que baste para verdadeiramente intimidar ou para que seja cobrada alguma coerência. Flávio Bolsonaro prometeu também, em sua entrevista ao "The New York Times", contestar a vitória do presidente reeleito e afirmou que por enquanto terá que "tocar a vida" nos Estados Unidos, porém sem descartar a possibilidade de retornar e "se houver novas eleições obviamente serei candidato novamente". Sem medo de enfrentar as mesmas urnas eletrônicas que deram vitória "matematicamente impossível" à oposição.

Para concluir, cabe mencionar que na sua entrevista o senador Flávio Bolsonaro não mais se apresentou como o verdadeiro presidente eleito do Brasil ou voltou a afirmar que é líder da oposição. Aos poucos a realidade vai apagando a ficção e suas fantasias. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO E DE MERCADO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Antonieta Rossi
Juliana Costa Gonçalves
Tiago Fantini Magalhães

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado
Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello
Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO
pauta@diariodocomercio.com.br

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

CHEFE DE REPORTAGEM
Rafael Tomaz

EDITORES
Alexandre Horácio
Cláudia Duarte
Clério Fernandes
Juliana Gontijo

EDITORA/PROJETOS ESPECIAIS
Mara Bianchetti

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais
abra legal Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

ECONOMIA

Minas pode retomar projetos de hidrelétricas

% ENERGIA Construção de usinas com reservatórios é considerada estratégica pela Fiemg na agenda de investimentos do Estado

LEONARDO MORAIS

A construção de hidrelétricas com reservatórios pode voltar à agenda de investimentos em Minas Gerais a partir de 2027. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) articula propostas para simplificar o licenciamento ambiental e reduzir os prazos de implantação desses empreendimentos, considerados estratégicos pela entidade para sustentar a expansão da matriz elétrica renovável no Estado.

A iniciativa ocorre em um momento de desafios para o crescimento da geração solar, principal fonte renovável em expansão em Minas. Os cortes de geração determinados para equilibrar o sistema elétrico têm aumentado as incertezas para novos investimentos, conforme aponta a gerente de Energia da Fiemg, Tânia Santos.

"A solução para manter uma matriz elétrica limpa e renovável passa pela expansão das hidrelétricas com reservatórios e das usinas reversíveis. Para atrair investidores e viabilizar novos projetos, dependemos da regulamentação da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, com a simplificação dos processos", afirma a gerente.

Segundo Tânia Santos, um conjunto de propostas voltadas à simplificação dos procedimentos de licenciamento ambiental já foi encaminhado ao governo de Minas Gerais e está em análise. A expectativa é de que novas medidas possam avançar no primeiro semestre de 2027, criando condições para a atração de novos investimentos.

A avaliação é de que a simplificação do licenciamento ambiental poderia reduzir significativamente o prazo de implantação de empreendimentos hidrelétricos, atualmente estimado entre sete e dez anos. Com a redução das etapas burocráticas, Tânia Santos avalia que a expectativa é de que esse período possa cair para quatro ou cinco anos, dependendo do porte e das particularidades de cada projeto.

Segundo ela, Minas Gerais já conta com um mapeamento de rios com potencial para aproveitamento hidrelétrico, especialmente na Zona da Mata, onde a disponibilidade de recursos hídricos favorece a implantação de projetos de grande magnitude.

A medida faz parte de um pacote de propostas elaborado pela Fiemg para atrair novos investimentos a Minas Gerais. O documento já foi encaminhado ao atual governo estadual e discutido com representantes da futura gestão. "A Fiemg está se antecipando e buscando o diálogo com o poder público para avançar na regulamentação e criar condições para a atração de novos investimentos para o Estado", afirma a gestora.

Hidrogênio verde - Além dos projetos hidrelétricos, a entidade também atua na criação de condições para ampliar os investimentos em outras fontes de energia renovável em Minas Gerais. Dentre elas, um grupo de trabalho focado no desenvolvimento do hidrogênio verde, com foco na definição de regras e processos necessários para a implantação de empreendimentos no Estado.

Para Tânia Santos, a experiência com o biometano, que já mobiliza investidores, pode servir de referência para o avanço de novos projetos. A expectativa é de que, com a regulamentação do setor, iniciativas de produção de hidrogênio verde também possam começar a serem viabilizadas a partir do próximo ano.

Entre 2027 e 2029, são esperadas a entrada em operação de empreendimentos solares contratados em leilões realizados em anos anteriores em Minas Gerais, sem perspectivas de grandes adições de capacidade diante das incertezas do setor. Nesse cenário, a gerente avalia que o sistema elétrico poderá ampliar a dependência de usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis para garantir o atendimento à demanda nos horários de maior consumo.

"O Brasil precisa voltar a valorizar sua tecnologia e engenharia para garantir a expansão de uma matriz elétrica limpa e renovável, com segurança no fornecimento de energia e custos menores para o consumidor final", conclui Tânia Santos. %



A Fiemg propõe a simplificação do licenciamento ambiental para a implantação de hidrelétricas com reservatórios no Estado FOTO: DIVULGAÇÃO / SPIC BRASIL

Cemig investe R$ 5,8 bilhões na rede

ANA KARENINA BERUTTI

Com a chegada do período chuvoso em Minas Gerais e a preocupação crescente com a ocorrência de eventos climáticos severos, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) está investindo R$ 5,3 bilhões em obras de melhoria e expansão da rede elétrica e mais R$ 500 milhões em serviços de manutenção preventiva que contemplam serviços nas redes de distribuição e em instalações de alta tensão. No total, são R$ 5,8 bilhões investidos ao longo de 2026 para reduzir riscos de interrupções e na preparação do sistema para enfrentar condições meteorológicas adversas.

Segundo o superintendente de Engenharia da Cemig, Alisson Chagas, 75% das obras previstas para este ano já foram executadas e 74% dos recursos previstos já foram empregados, o equivalente a R$ 4,3 bilhões. De acordo com o planejamento, ainda restam cerca de R$ 1,5 bilhão para serem executados.

Chagas considera que esse é um momento muito desafiador e a companhia vem se preparando para ele. Ele explica que o País todo já está registrando rajadas de vento, descargas elétricas e volumes de chuvas fora do padrão, ou seja, as condições climáticas já são extremas e exigem de todas as companhias ações para minimizar os impactos. "A crise climática já está se confirmando e esse é um momento extremamente desafiador para o Brasil inteiro. A companhia tem feito os investimentos necessários e está com o pé no chão", ressalta.

Os recursos contemplam a entrega prevista de 50 subestações, a construção de milhares de quilômetros de redes trifásicas e o fortalecimento da infraestrutura elétrica nos 774 municípios atendidos pela companhia no Estado.

Para efeito de comparação, Chagas explica que a Cemig levou seus 74 anos de existência para construir as atuais 400 subestações e agora, ao longo desses dez anos de projeto, a previsão é construir mais 200 subestações até 2029. "Vamos crescer mais de 50% na capacidade instalada e vamos ampliar o atendimento dos municípios que vêm crescendo em população, empreendimentos industriais e comerciais e no agronegócio", destaca.

As intervenções buscam ampliar a capacidade do sistema, melhorar a qualidade do fornecimento e aumentar a resiliência da rede diante de tempestades, ventos fortes e descargas atmosféricas. "Nosso objetivo é melhorar a resiliência do sistema elétrico no Estado, ampliar a flexibilidade e conseguir religar a energia o quanto antes em caso de queda", explica o superintendente.

Segundo Chagas, esse é o maior projeto de investimentos da companhia. De acordo com o planejamento, de 2019 a 2029 serão investidos um total de R$ 70 bilhões em melhoria, expansão e manutenção da rede elétrica em todo o Estado. Desse total, R$ 32 bilhões estão sendo investidos entre 2019 a 2026. Os R$ 38 bilhões restantes serão alocados até 2029.

O vice-presidente de Distribuição da Cemig, Ernando Braga, destaca que os investimentos são fundamentais para preparar o sistema elétrico para os desafios impostos pelas condições climáticas. "Os eventos climáticos severos representam um dos grandes desafios para a distribuição de energia elétrica. Em Minas Gerais, temos uma rede extensa, que atravessa regiões com características geográficas muito diferentes e está exposta a tempestades, ventos fortes e descargas atmosféricas. Por isso, estamos ampliando as ações preventivas, antecipando intervenções e preparando nossa infraestrutura para enfrentar o período chuvoso. Nosso compromisso é reduzir os impactos dessas ocorrências e oferecer um fornecimento de energia cada vez mais seguro e confiável aos mineiros", afirma.

Subestações - O superintendente de Engenharia explica que a ampliação e a modernização das subestações representam um avanço importante para o sistema elétrico mineiro. "As instalações são responsáveis por transformar e distribuir a energia elétrica, permitindo que ela chegue às redes que abastecem residências, comércios, indústrias e propriedades rurais", assinala Chagas. A entrada em operação de novas estruturas contribui para ampliar a capacidade de atendimento, melhorar a distribuição das cargas elétricas e oferecer maior flexibilidade operacional ao sistema, inclusive em situações que exigem o remanejamento do fornecimento entre diferentes circuitos.

A preparação ganha ainda mais relevância diante das perspectivas climáticas para os próximos meses e da necessidade de acompanhar fenômenos de grande escala, como o El Niño, que pode influenciar os padrões de temperatura e precipitação em diferentes regiões do Brasil. Em Minas Gerais, os temporais representam um desafio importante para o sistema elétrico. Somente entre janeiro e setembro deste ano, o setor de meteorologia da Cemig registrou cerca de 1,7 milhão de raios no Estado, evidenciando a importância de investimentos permanentes na modernização e no fortalecimento da infraestrutura elétrica. %

CARREIRA EM FOCO



DAVID BRAGA

CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela Agilium Group; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral, Presidente da ABRH MG, VP do Conselho de RH da ACMinas e Presidente do Conselho de Administração do ChildFund Brasil.

Desapegue do que você não pode controlar

Uma das maiores fontes de desgaste da vida adulta é tentar controlar aquilo que está além do nosso alcance, não é mesmo? Opiniões alheias, decisões de terceiros, mudanças e acontecimentos passados ocupam pensamentos e consomem energia. Quanto mais insistimos em dominar essas situações, mais nos afastamos das escolhas sobre as quais podemos agir.

Desapegar exige discernimento. É reconhecer onde nossa participação faz diferença e onde a insistência apenas prolonga a frustração. Aceitar limites não significa abandonar responsabilidades, mas compreender que esforço e resultado nem sempre caminham juntos. Podemos agir com dedicação, fazer planos e tomar cuidados sem garantir que tudo acontecerá conforme esperamos.

No trabalho, a busca por controle aparece na dificuldade de delegar, na supervisão excessiva e na cobrança por respostas imediatas. Aos poucos, essa postura enfraquece a confiança e sobrecarrega quem tenta acompanhar cada detalhe. Compartilhar responsabilidades, estabelecer acordos e aceitar diferentes formas de executar uma tarefa ajuda a construir relações mais equilibradas.

Na vida pessoal, o mesmo impulso pode surgir na necessidade de agradar, antecipar reações ou impedir qualquer conflito. Mas ninguém consegue administrar os sentimentos e as decisões de todas as pessoas. Relações saudáveis precisam de diálogo, respeito e espaço para diferenças. Tentar prever cada resposta transforma a convivência em vigilância e alimenta um desgaste contínuo.

Desapegar é redirecionar a atenção para atitudes possíveis: comunicar necessidades, estabelecer limites, cuidar da preparação e escolher os passos. Embora nem sempre consigamos controlar nossas reações, podemos aprender a reconhecê-las e responder com mais consciência. Esse aprendizado exige prática, paciência e disposição para rever hábitos.

Aceitar o que foge ao nosso alcance abre espaço para lidar melhor com a realidade. A energia antes consumida pela preocupação pode servir ao planejamento, ao cuidado e às decisões que precisam ser tomadas. Os desafios permanecem, mas deixam de exigir uma batalha contra aquilo que não podemos mudar.

Há humildade em reconhecer limites e força em ajustar a direção. Como um navegante, você não determina o vento, mas pode aprender a conduzir o barco. Por isso, reflita: sua energia está presa à tentativa de controlar tudo ou está ajudando você a enfrentar a vida com mais equilíbrio? %

Cotação do ouro perde força no cenário de curto prazo

% ATIVOS Aumento dos juros nos Estados Unidos, resiliência da inflação e alta do dólar pressionam para baixo o valor do metal precioso no mercado internacional

JULIANA SODRÉ

Depois de uma forte valorização que levou o ouro a se aproximar de US$ 5,6 mil por onça em janeiro, o metal precioso entrou em um período de correção e passou a enfrentar um cenário menos favorável no mercado internacional. A perspectiva de juros mais altos nos Estados Unidos, a resiliência da inflação e o fortalecimento do dólar estão entre os fatores que reduziram o apelo do ativo. Apesar disso, as avaliações sobre o comportamento futuro do metal não são unânimes. Parte dos analistas considera pouco provável a retomada de recordes no curto prazo; outros, sustentados pela procura por proteção patrimonial, não descartam novas máximas.

O especialista e sócio da Valor Investimentos, Gustavo Trotta, avalia que o ouro perdeu força como aposta de valorização, mas continua relevante como instrumento de proteção de carteira. Segundo ele, a principal pressão sobre a cotação atualmente vem da política monetária norte-americana, e não diretamente dos acontecimentos políticos ou geopolíticos.

O movimento ficou evidente com a escalada das tensões no Oriente Médio. Embora conflitos internacionais tradicionalmente favoreçam a procura por ativos considerados seguros, desta vez o encarecimento do petróleo produziu efeito contrário sobre o ouro. A alta da *commodity* energética alimentou preocupações inflacionárias nos Estados Unidos e reforçou as expectativas de juros mais elevados.

"O petróleo caro virou inflação nos Estados Unidos, o Federal Reserve voltou a subir juros em setembro, pela primeira vez desde 2023, e o ouro não paga juros. Quando o juro americano sobe e o dólar se fortalece, carregar ouro fica mais caro e o investidor acaba saindo", explica Trotta.

"O ouro tem sido até mesmo pouco falado. Tanto o ouro quanto o bitcoin caíram junto com as ações de tecnologia e acabaram sofrendo um baque"
Paulo Cunha



Após uma intensa valorização no início do ano, o ouro entrou em um período de correção de preço FOTO: STEVE BIDMEAD / PIXABAY

A avaliação é compartilhada pelo sócio do grupo Fatorial, Paulo Cunha, que também identifica uma tendência de baixa para o metal, tanto no curto quanto no médio prazo.

Para Cunha, a combinação entre inflação ainda resiliente e perspectiva de aperto monetário nos Estados Unidos dificulta uma recuperação consistente. Ele pondera, porém, que mudanças no cenário político americano podem alterar esse quadro, caso contribuam para reduzir as tensões internacionais e os preços do petróleo.

Eleição nos EUA - A vitória dos democratas no Congresso dos Estados Unidos, por exemplo, chegou a provocar uma reação positiva no ouro, mas o movimento não se sustentou. Na avaliação de Trotta, o resultado eleitoral trouxe expectativas de enfraquecimento do dólar, mas a inflação acima do esperado voltou a direcionar a atenção dos investidores às decisões do Federal Reserve.

Cunha também considera prematuro atribuir à mudança política a possível reversão da tendência do ouro. Segundo ele, uma redução das tensões geopolíticas e das pressões sobre o petróleo poderia aliviar as expectativas de inflação e favorecer o metal. Até o momento, entretanto, não há sinais suficientes para confirmar essa mudança.

"O ouro tem sido até mesmo pouco falado. Tanto o ouro quanto o *bitcoin* caíram junto com as ações de tecnologia e acabaram sofrendo um baque", observa o especialista. Ele acrescenta que o petróleo ganhou maior protagonismo entre as *commodities* ao longo de 2026, enquanto o metal precioso perdeu espaço no radar dos investidores. **%**



Juarez de Oliveira e Silva Filho acredita em novas valorizações do ouro no médio e longo prazos FOTO: DIVULGAÇÃO / OUROMINAS

Proteção patrimonial sustenta perspectivas

Na contramão das avaliações mais cautelosas sobre a trajetória dos preços, o fundador da Ourominas DTVM, Juarez de Oliveira e Silva Filho, mantém uma perspectiva favorável para o ouro. Para ele, o metal continua entre os principais instrumentos de proteção patrimonial e reúne fundamentos que podem sustentar novas valorizações no médio e no longo prazo.

O executivo ressalta que as correções recentes não representam necessariamente uma mudança na atratividade do ativo. A procura de bancos centrais e investidores internacionais, associada às incertezas econômicas e geopolíticas, continua contribuindo para sustentar a demanda.

"Entendo que o mercado internacional do ouro ainda apresenta fundamentos favoráveis no médio e no longo prazo. Isso, porém, não significa uma trajetória de alta contínua. O preço pode sofrer correções importantes, inclusive em períodos curtos, porque reage às expectativas sobre juros, inflação, dólar e acontecimentos internacionais", afirma.

Silva Filho também pondera que a política norte-americana tem influência significativa sobre o mercado, mas discorda de interpretações que atribuem a movimentos eleitorais isolados o poder de determinar a cotação. Para ele, é necessário avaliar como as decisões políticas se traduzirão em mudanças econômicas e nas expectativas dos investidores.

O executivo não descarta que o ouro alcance novos recordes, embora ressalte que não é possível estabelecer uma data ou tratar a valorização como certa. A demanda institucional é um dos fatores que sustentam essa possibilidade, mas não elimina a volatilidade. "Vejo a possibilidade de novos recordes de preço, mas não considero prudente tratar essa perspectiva como certeza ou prever datas. A evolução dos juros americanos, do dólar, da demanda global e dos riscos geopolíticos será decisiva", avalia. **(JS) %**

Bancos centrais compraram mais de 320 toneladas no terceiro trimestre

A demanda oficial pelo ouro é um dos argumentos utilizados pelos defensores de uma perspectiva mais positiva. De acordo com os dados mencionados pelo especialista e sócio da Valor Investimentos, Gustavo Trotta, os bancos centrais compraram mais de 320 toneladas do metal no terceiro trimestre, volume 42% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, com destaque para a participação da China.

Outro elemento é a preocupação com o endividamento das economias desenvolvidas, que mantém o ouro no radar de instituições interessadas em diversificar reservas. Esses fatores, contudo, não impedem oscilações causadas pelas condições monetárias internacionais.

Trotta considera que o mercado deve continuar pressionado enquanto persistir a perspectiva de elevação dos juros norte-americanos. No horizonte mais longo, entretanto, a demanda dos bancos centrais e as preocupações fiscais continuam dando sustentação ao ativo.

"Basicamente, o ouro deixou de ser aquela aposta, mas continua sendo um seguro, um *airbag* de uma carteira. É para ter uma fatia de proteção, não para especular no curto prazo", resume.

No mercado brasileiro, a variação cambial acrescenta outra dimensão à formação dos preços. Mesmo quando a cotação internacional recua, uma alta do dólar frente ao real pode amortecer as perdas ou até provocar valorização do ouro em reais.

Trotta cita o movimento observado após o resultado das eleições presidenciais brasileiras. Segundo ele, o dólar passou de R$ 4,99 na véspera do segundo turno para cerca de R$ 5,60, contribuindo para uma alta de cerca de 13% no preço da grama do ouro em reais. **(JS) %**

Mercado está cauteloso com crise que afeta a mineração

% INDÚSTRIA EXTRATIVA Empresas, principalmente de médio porte, estão paralisando as operações por conta do alto custo do transporte e retração nos preços

THYAGO HENRIQUE

Pressionadas pela alta dos custos logísticos e pela queda do preço do minério de ferro, mineradoras de Minas Gerais, principalmente as de pequeno e médio portes, enfrentam uma crise nos últimos meses, marcada por cortes na produção, férias coletivas e demissões. Especialistas e representantes de entidades ouvidos pelo Diário do Comércio divergem sobre os rumos do setor no curto prazo. As projeções vão do agravamento ou da manutenção do quadro adverso até um leve alívio.

O coordenador dos cursos de Comércio Exterior e Logística da Faculdade do Comércio (FAC), Laércio Munhoz, apresenta a avaliação mais pessimista e projeta uma tendência de piora ou manutenção do quadro adverso. Segundo ele, a combinação de custos elevados e preços baixos afeta as mineradoras e gera um efeito em cascata, com fechamento de operações ou redução da produção.

O especialista ressalta que as empresas de menor porte não têm capacidade financeira para absorver prejuízos por muito tempo nem contam com logística própria. Com isso, ficam mais expostas à alta dos fretes marítimo e rodoviário e precisam adotar medidas urgentes para mitigar os impactos, como compartilhamento de frete, mudança do modelo de venda, lavra seletiva de minério, monetização de rejeitos e revisão de contratos e jornadas.

Conforme Munhoz, o cenário atual obriga as empresas menores a decidir entre reduzir as atividades ou encerrá-las. O coordenador pondera que a opção pela hibernação traz outros problemas, como os custos de conservação e manutenção, inviáveis em muitos casos, porque os credores continuam cobrando independentemente da crise. "Se o cenário está ruim para as grandes, para as médias e pequenas está desesperador", alerta.



Preços futuros do minério de ferro estão em queda por conta do aumento da oferta FOTO: DIVULGAÇAO / VALE

Contraponto - Com uma avaliação mais moderada, o diretor de Assuntos Minerários e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Julio Nery, considera que a crise do setor de minério de ferro deve se manter nos níveis atuais. Para ele, a disparada do frete marítimo já foi precificada, sobretudo em razão do bloqueio do Estreito de Ormuz, além de fatores como a alta demanda por navios de grande porte e a baixa construção de novas embarcações.

Para o dirigente, uma melhora efetiva do quadro depende do fim da guerra entre Estados Unidos e Irã e da normalização do tráfego no Estreito de Ormuz, o que ele não acredita que ocorrerá no curto prazo. "Torcemos para isso, mas não é o cenário mais provável", diz.

Já o analista da Genial Investimentos, Luca Vello, vê espaço para aliviar "um pouco" o cenário para as mineradoras de ferro, mais pela redução do frete do que pela recuperação do preço do minério. O risco de piora, segundo ele, vem justamente da *commodity*, cuja curva de preços futuros apresenta queda de 2027 para 2028, diante da entrada de nova oferta da Guiné. Uma melhora consistente dependeria do recuo do frete para perto de US$ 20 por tonelada, ante o valor atual, próximo de US$ 36 por tonelada.

Ainda conforme o especialista, o fechamento das operações não encerra as obrigações das empresas com as barragens, e a produção vendida antecipadamente precisa ser entregue. Isso ajuda a explicar por que a paralisação temporária antecede o encerramento definitivo. De acordo com Vello, as paralisações resultam tanto de escolhas quanto de necessidades das mineradoras. As interrupções sem prazo definido para terminar também estão associadas a decisões de *portfólio*.

Por fim, o presidente do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra), Gustavo Lanna, não faz projeções, mas observa que o cenário para o setor no curto prazo exige cautela. Na avaliação dele, a recuperação depende da demanda global, da oferta internacional e da geopolítica. Já a redução ou o encerramento das atividades depende da viabilidade econômica de cada empreendimento. **%**

"Se o cenário está ruim para as grandes, para as médias e pequenas está desesperador"
Laércio Munhoz

Sigma Lithium capta US$ 125 milhões

THYAGO HENRIQUE

A Sigma Lithium concluiu uma oferta de títulos conversíveis de US$ 125 milhões, com prazo de vencimento em 2031. Os recursos líquidos serão destinados principalmente à quitação de uma dívida de cerca de US$ 100 milhões junto à Synergy Capital, que venceria em junho de 2027, após ser prorrogada por seis meses. O saldo remanescente será direcionado a investimentos nas operações de mineração e a fins corporativos gerais.

A operação, anunciada ontem, alonga o perfil de endividamento da companhia e reduz a dívida de curto prazo em cerca de 80%, de US$ 127 milhões para US$ 28 milhões. Além disso, substitui uma linha de custo flutuante (11,45% ao ano) por um cupom fixo de 7% ao ano, reduzindo e fixando os custos de juros em caixa.

"O título conversível estende significativamente o prazo de vencimento da dívida, proporcionando um fôlego de longo prazo para sustentar os planos de crescimento da empresa", afirma a produtora de lítio em trecho do comunicado ao mercado.

Segundo a Sigma, a transação bem-sucedida reflete o histórico de fortalecimento de seu balanço patrimonial, demonstrando disciplina financeira nos últimos dois anos, visto que tem se autofinanciado desde o início da produção. A mineradora aponta que amortizou mais de US$ 90 milhões em dívidas desde o segundo trimestre de 2024, por meio da geração de caixa, e reduziu a dívida total em cerca de 40%, para US$ 127 milhões em 30 de setembro.

Prejuízo - No terceiro trimestre de 2026, a Sigma Lithium registrou prejuízo de US$ 16,8 milhões e Ebitda ajustado negativo de US$ 6,7 milhões, conforme balanço divulgado na semana passada. Os valores representam uma piora em relação ao mesmo período do ano passado, quando o prejuízo foi de US$ 9,1 milhões e o Ebitda ajustado negativo de US$ 6,2 milhões.

Impactada por paralisações temporárias no Vale do Jequitinhonha, a produção da empresa caiu de 44 mil toneladas para 7,7 mil toneladas na mesma comparação. Esse volume, assim como o de vendas, que recuou de 48,6 mil toneladas para 15,3 mil toneladas, inclui tanto o concentrado de lítio quanto os finos de lítio, com a reclassificação dos produtos de menor teor. Já a receita líquida recuou de US$ 28,5 milhões para US$ 13,5 milhões.

Por outro lado, no acumulado de janeiro a setembro deste ano, ante igual intervalo de 2025, a companhia registrou alguns resultados positivos. O lucro operacional chegou a US$ 4,5 milhões, revertendo o prejuízo de US$ 22,4 milhões, e o Ebitda ajustado alcançou US$ 35,7 milhões, revertendo o Ebitda ajustado negativo de US$ 10,5 milhões.

A produção da mineradora, no mesmo confronto, recuou de 180,7 mil toneladas para 66,3 mil toneladas. O volume de vendas também caiu, saindo de 150,5 mil toneladas para 63,3 mil toneladas. No entanto, a receita líquida aumentou de forma relevante, saltando de US$ 93,1 milhões para US$ 110,5 milhões, impulsionada, sobretudo, por preços mais altos obtidos na comercialização de produtos de lítio, de acordo com a Sigma. **%**



Avelloz pretende alcançar 4% do mercado mineiro até 2027

% MOTOCICLETAS Fabricante pernambucana está ampliando a presença em Minas Gerais por meio de concessionária e um centro de distribuição pode entrar nos planos

LEONARDO LEÃO

A fabricante pernambucana de motocicletas Avelloz Motos planeja atingir cerca de 4% de participação no mercado de Minas Gerais até o fim de 2027. Atualmente, a marca possui seis concessionárias em operação, com previsão de chegar a oito até o fim deste ano. A empresa ainda conta com 20 pontos de venda, considerando franquias e demais unidades vinculadas às concessionárias.

O diretor comercial da Avelloz, Nelson Holanda, destaca o otimismo da empresa em relação à expansão no Estado e comenta as inaugurações previstas e as negociações em andamento no mercado mineiro. "Nós temos o objetivo de alcançar, pelo menos, 22 concessionários no Estado", acrescenta.

Entre as aberturas previstas está a unidade de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que será inaugurada neste sábado (21). Em seguida, no dia 15 de dezembro, será inaugurada uma loja em Porteirinha, no Norte de Minas. No fim do mesmo mês, haverá uma inauguração em Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri. Já em 15 de janeiro do próximo ano, será aberta a primeira unidade da marca na capital mineira.

"Nós temos o objetivo de alcançar pelo menos 22 concessionários no Estado"
Nelson Holanda

De acordo com Holanda, a meta da fabricante é inaugurar pelo menos três pontos de venda em Belo Horizonte. Ele ressalta que a estratégia comercial da empresa envolve maior capilaridade, com foco em cidades com mais de 30 mil habitantes e mercados com aproximadamente 100 motocicletas emplacadas por mês.

"Cada região e parcerias que nós contemplamos não envolve apenas a cidade dessa nova unidade, mas também as circunvizinhas", esclarece.

A concessionária de Contagem será responsável pelo atendimento em outras cidades da região, como Betim, Brumadinho, Ibirité, Igarapé, Sarzedo e São Joaquim de Bicas. Holanda também menciona o plano de estabelecer um novo núcleo em Ribeirão das Neves para atender Esmeraldas, Juatuba, Mateus Leme, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves e Sabará.

A fabricante também pretende contar com outro núcleo para atender Vespasiano e cidades vizinhas. Outros municípios e regiões no radar da empresa são Paracatu, no Noroeste do Estado; Juiz de Fora, na Zona da Mata; e cidades localizadas no Oeste de Minas Gerais.

O diretor comercial destaca que a empresa trabalha com a oferta de exclusividade aos concessionários parceiros. "Onde há uma disputa entre concessionários da mesma marca, nós preservamos a operação de exclusividade, desde que alcancem um *market share* mínimo necessário", completa.

A expansão da Avelloz é orgânica e seletiva, com a busca por parceiros que tenham afinidade com os valores da marca, além de conhecimento e qualificação nos serviços de pós-venda. Holanda também afirma que os modelos produzidos pela empresa são adequados ao relevo e ao público mineiro.

Mercado nacional - A Avelloz Motos possui 1,6% de participação no mercado nacional de motocicletas e ocupa a quinta posição em número de emplacamentos. O diretor avalia que a presença da marca pode crescer ainda mais, principalmente após a expansão nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Assim como no mercado mineiro, a meta é atingir cerca de 4% de *market share* no País.

A estratégia de expansão contempla o interior de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de áreas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

CD e fábrica - Para o diretor comercial da Avelloz, se o volume de vendas no Sudeste continuar apresentando desempenho favorável, a empresa poderá instalar uma estrutura logística, como um centro de distribuição (CD), no Sul de Minas ou no Norte de São Paulo. No entanto, essa possibilidade ainda não está nos planos de curto prazo da fabricante. A empresa também deverá iniciar as operações da nova fábrica em Manaus (AM) em janeiro do próximo ano. %

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte – SINDIBEL, CNPJ nº 22.590.285/0001-09, com endereço na Av. Afonso Pena, nº 726, 18º andar, Centro, Belo Horizonte, CEP: 30.130-003, neste ato representada por seu Coordenador Administrativo Israel Arimar de Moura, convoca todos os servidores e empregados públicos municipais, em atividade ou aposentados, sindicalizados ou não sindicalizados a entidade, exceto os servidores da rede municipal de educação infantil, ensino fundamental e médio; da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS; da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL; da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL, do Legislativo e da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte, representados por esta entidade na base territorial do município de Belo Horizonte, para participarem da assembleia geral, a ser realizada na sede da entidade, localizada na Av. Afonso Pena, nº 726, 18º andar, Centro, CEP: 30.130-003, Belo Horizonte - MG, no dia 26 de novembro de 2026, quinta-feira, às 09:30 horas, em primeira convocação e às 10:00 horas, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para tratar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Negociação coletiva, companha salarial, reajuste de 2027 e das demais reivindicações da categoria junto a PBH; **b)** Aprovação de autorização coletiva, prévia e expressa para instituição da contribuição assistencial do ano de 2027, no valor de R$50,00 (cinquenta reais), de todos os integrantes da categoria, em atividade ou aposentados, sindicalizados ou não sindicalizados a entidade, para custeio das atividades sindicais da negociação coletiva do ano 2027, conforme previsto no inciso III do art. 125 do estatuto social da entidade e da alínea "e" do art. 513 da CLT c/c Tema 935 do STF, **c)** Estabelecer e autorizar o desconto em folha de pagamento no valor de R$50,00 (cinquenta reais) a título de contribuição assistencial do ano de 2027, a ser descontado em uma única parcela na folha de pagamento do segundo mês subsequente a concessão do reajuste salarial do ano de 2027 em favor da entidade sindical, **d)** Garantia do livre exercício do direito a oposição do desconto da contribuição assistencial do ano de 2027; **e)** Estabelecer a modalidade e prazos para o exercício do direito a oposição do desconto da contribuição assistencial do ano de 2027; **f)** Outras deliberações pertinentes.
Belo Horizonte/MG, 16 de novembro de 2027. ISRAEL ARIMAR DE MOURA – Coordenador Administrativo SINDIBEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES/MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026 RP-31

Aviso de Licitação. Torna-se público que o Município de Comendador Gomes, por meio do Setor de Licitações, sediado na Praça Manoel Bertoldo da Silva nº 31, realizará licitação, na modalidade Pregão por Registro de Preço, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Pregão Eletrônico: 38/2026 RP- 31 Processo: 0021726. Contratante: Município de Comendador Gomes/MG. Objeto: Registro de Preço de serviços de lavagem e enceramento para frota de veículos leves, pesados e maquinários da Prefeitura Municipal de Comendador Gomes por 12 meses conforme documentos de formalização em anexo. Valor total estimado da contratação: valor de R$ 219.793,20 (Duzentos e dezenove mil, setecentos e noventa e três reais e vinte centavos). Data da sessão pública: Dia 30/11/2026, segunda-feira, às 08h30min (horário de Brasília). Local: Plataforma do Portal Licitanet - www.licitanet.com.br. Critério de julgamento: Menor Preço Item. Modo de disputa: Aberto. O Edital completo se encontra à disposição dos interessados nos seguintes meios digitais: www.licitanet.com.br. Mais informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licita@comendadorgomes.mg.gov.br.

Comendador Gomes/MG, 13 de novembro de 2026
Samanta Paula Campos
Agente de Contratação/Pregoeira - Matrícula nº 1033

SINDICATO DAS EMPRESAS DE LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO PORTA A PORTA DE JORNAIS E REVISTAS, ATRAVÉS DE TODOS OS MODAIS DE TRANSPORTES DE BELO HORIZONTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente, abaixo assinado, do Sindicato das Empresas de Logística e Distribuição Porta a Porta de Jornais e Revistas, através de todos os Modais de Transportes de Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 07.631.299/0001-21, no uso de suas atribuições estatutárias e com fulcro no Artigo 92 do Estatuto Social, CONVOCA todos os associados em pleno gozo de seus direitos sindicais/estatutários, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, NA MODALIDADE PRESENCIAL, que será realizada no dia 23 de novembro de 2026, no endereço: Avenida Augusto de Lima nº 407, sala 505, Bairro Centro – CEP: 30.190-912, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com início às 10h00, em primeira convocação e em segunda e última convocação às 10h30 observando o quórum estatutário previsto, para apreciação da seguinte ordem do dia: 1- Reforma Geral do Estatuto.

Belo Horizonte/MG, 16 de novembro de 2026.
João Barbosa de Siqueira Filho
CPF/MF sob o nº *.892.196.****
Presidente

EDITAL – César Romero do Carmo. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais, Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de CARLOS NOGUEIRA DUARTE, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob o nº 002.081.246-91 e Carteira de Identidade nº MG-115.679,e herdeiros de (CELIA MARIA DE CASTRO NOGUEIRA, inscrita no CPF sob o nº 230.859.836-00), MADALENA NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o n°028.961.006-01, JOÃO ÂNGELO NOGUEIRA DUARTE, inscrito no CPF sob n° 023.875.226-72, FERNANDO ANTÔNIO SILVERA NOGUEIRA, inscrita no CPF sob n° 791.928.746-49, TARCISIO ANTÔNIO SILVEIRA NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 631.560.916-34, RICARDO SILVEIRA NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o n° 844.463.236-87, RODRIGO SILVEIRA NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o n° 913.651.636-87, DORISANA SILVEIRA NOGUEIRA, inscrita no CPF sob on° 883.110.826-34, DIOGO NOGUEIRA FONSECA, inscrita no CPF sob o n° 118.558.926-00, HELENA TEREZINHA DE JESUS FONSECA, inscrita no CPF sob o n° 081.027.596-15, MAURICIO NOGUEIRA OURIQUE, inscrita no CPF sob o n° 494.175.416-68, ALEXANDRE ANTÔNIO ARAÚJO NOGUEIRA, inscrita no CPF sob o n° 031.918.036-02, THIAGO NOGUEIRA DUARTE, inscrita no CPF sob o n° 014.760.596-24, JOSÉ BENEDITO DOS SANTOS NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o n° 526,536.256-87, GRACIELLE COBUCCI, inscrita no CPF sob o nº 055.213.156-32, GERALDO NOGUEIRA DUARTE, inscrito no CPF sob o n° 044.809.457-87, ROSELICE CICONI MICHEL OURIQUE, inscrito no CPF sob o nº 514.287.926-00, CARLOS CARMELO NOGUEIRA OURIQUE, inscrito no CPF sob o nº 568.901.336- 68, ANA LUIZA DOS SANTOS NOGUEIRA, inscrito no CPF sob o nº 583.161.086- 15; e, MAURICIO NOGUEIRA OURIQUE, inscrito no CPF sob o nº 494.175.416- 68, foi requerido a esta serventia o pedido de usucapião extrajudicial, do imóvel rural é denominado "Casa Residencial do terreirão da Fazenda Velha do Cipó" localizada na Fazenda Velha do Cipó, Jaboticatubas, MG, com área de 3.250,26m² (três mil e duzentos e cinquenta metros quadrados e vinte e seis centímetros quadrados); conforme artigo 216-A da Lei de Registro Público (Lei Federal 6.015/73). A documentação exigida para a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ora em curso, encontra-se no petitório inicial nesse cartório, à disposição de interessados a saber: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU, ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - AGE, MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/MG e ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), podendo ainda ser consultada por eventuais pessoas jurídicas/físicas que demonstrem interesse sobre o feito. As impugnações ao reconhecimento da usucapião extrajudicial de entes públicos ou interessados devem ser endereçadas ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, (srijaboticatubas@gmail.com) em 15 (quinze) dias contados da publicação deste edital em jornal de grande circulação. Jaboticatubas/MG, aos 30 dias do mês de setembro de 2026. O Oficial de Registro: César Romero do Carmo.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: (02 de dezembro de 2026, às 14h30min *)
2º LEILÃO: (04 de dezembro de 2026, às 14h30min *) (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 328, com escritório na Rua Minas Gerais, n° 316, Cj. 62, Higienópolis, **FAZ SABER** a todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **SOMENTE ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, inscrito no CNPJ sob n° 90.400.888/0001-42, com sede em São Paulo/SP, à Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 2041, Conj. 281, Bloco A, Vila Nova Conceição, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, alienação fiduciária de imóvel em garantia, n° 0010227105, firmado em 24/05/2021, com a Fiduciante **MARIA INÊS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, técnica operacional de saúde, portadora do RG nº MG-4.012.800-PC/MG, inscrita no CPF/MF nº 487.263.626-00, residente e domiciliada em Lavras/MG, no dia **02 de dezembro de 2026, em PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a R$ 308.793,19 (trezentos e oito mil setecentos e noventa e três reais e dezenove centavos), o qual encontra-se atualizado conforme disposições contratuais, o imóvel constituído pela Casa, situada na Rua São Francisco Xavier, nº 287, Lote 01 da Quadra H, Vila São Francisco, Lavras/MG. Área de terreno: 83,61m², Área construída: 81,10m², melhor descrito na **matrícula nº 56.914 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Lavras/MG**. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a R$ 199.865,68 (cento e noventa e nove mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE: www.portalzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br (Dossiê 27948)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMSA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS. EDITAL PSS SEMSA Nº 01/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG
EXTRATO DO EDITAL

A Exma. Sra. Alice Neto Ferreira de Almeida, Secretária Municipal de Saúde, e o Exmo. Sr. Henrique Aparecido Pimenta, Secretário de Administração do Município, tornam pública a abertura do **Edital PSS SEMSA Nº 01/2026** do Processo Seletivo Simplificado do Município de Nova Lima/MG, destinado à contratação por tempo determinado e à formação de cadastro de reserva de profissionais de nível médio, técnico e superior para a Secretaria Municipal de Saúde, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, da Lei Municipal nº 3.034/2023 e do Decreto Municipal nº 13.802/2023. As inscrições são gratuitas e presenciais e serão realizadas de 26/11/2026 a 02/12/2026, nos dias úteis, das 8h às 17h, exclusivamente no Nova Lima Atende, situado na Praça Bernardino de Lima, nº 163, Centro, Nova Lima/MG. O Edital poderá ser impugnado de 18/11/2026 a 23/11/2026, pelo e-mail pss.semsa@pnl.mg.gov.br , também destinado a esclarecimentos. O Edital completo, com os cargos, os requisitos, a remuneração e o cronograma, está disponível no site do Município novalima.mg.gov.br , no Quadro de Avisos e Publicações, e este extrato será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e em jornal de grande circulação.

Nova Lima, 17 de novembro de 2026

(a) ALICE NETO FERREIRA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG

(a) HENRIQUE APARECIDO PIMENTA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF 60.894.730/0001-05
NIRE 313.000.1360-0
AVISO AOS DEBENTURISTAS DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A - USIMINAS.

Resgate Antecipado Facultativo Total da 2ª Série da 8ª Emissão de Debêntures da USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS – ativo USIM28 ("Debêntures")

A **USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), categoria "A", em fase operacional, enquadrada como emissor frequente de valores mobiliários de renda fixa ("EFRF"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 6.594, Lourdes, CEP 30110-044, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 60.894.730/0001-05, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), sob o Número de Identificação do Registro de Empresas ("NIRE") 313.000.1360-0 ("Companhia"), nos termos do disposto na Cláusula 5.1 do "*INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA OFERTA PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS*" celebrado entre a Emissora e a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário") celebrado em 26 de abril de 2022, ("Escritura de Emissão"), informa aos Debenturistas e ao mercado em geral que fará o Resgate Antecipado Facultativo Total ("Resgate Antecipado Facultativo") da 2ª Série da 8ª Emissão das Debêntures. A quantidade de Debêntures da Segunda Série que será resgatada corresponde a 400.000 (quatrocentos mil) de debêntures. O Resgate Antecipado Facultativo da 2ª Série da 8ª Emissão das Debêntures será efetuado pela Emissora em 25 de Novembro de 2026, com base e nos termos da Cláusula 5.1 da Escritura de Emissão, para a totalidade da 2ª Série da 8ª Emissão das Debêntures, mediante o pagamento do (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior (qual seja, 23 de novembro de 2026) até a data do efetivo pagamento, acrescido de (b) prêmio correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, sobre o valor resgatado, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado Facultativo e a respectiva data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (qual seja, 23 de maio de 2029), a ser calculado nos termos da Cláusula 5.1.2 da Escritura de Emissão. Considerando o acima exposto, a Companhia informa aos debenturistas que a estimativa prévia do valor total do Resgate Antecipado Facultativo é de R$ 403.436.621,01 (Quatrocentos e três milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e um reais e um centavo), sendo o valor estimado prévio de resgate por debênture de R$ 1.008,59 (Mil e oito reais e cinquenta e nove centavos). A Companhia esclarece que o valor do Resgate Antecipado Facultativo estimado acima poderá sofrer alterações em razão da variação das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro, "*over extra-grupo*", calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"). A comunicação de criação de evento de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures será encaminhada à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo observado o prazo de 3 (três) dias úteis de antecedência da data do efetivo resgate, conforme previsto na Cláusula 5.1.4 da Escritura de Emissão. O pagamento do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado de acordo com (i) os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures da Segunda Série que estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pela Itaú Corretora de Valores S.A., na qualidade de Escriturador, para as Debêntures da Segunda Série que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3. Os termos aqui utilizados em letra maiúscula e não definidos terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2026.
USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | Presencial e On-line
1º Leilão: dia 25/11/2026 às 10h00 2º Leilão: dia 27/11/2026 às 10h00

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **LUIZA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**, CNPJ: 60.250.776/0001-91, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 25 de novembro de 2026 às 10:00 horas. Segundo Leilão: dia 27 de novembro de 2026 às 10:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: LOTE DE TERRENO sob nº 03**, da Quadra M, situado no **LOTEAMENTO COLINAS DE SANTA BÁRBARA**, na cidade de Pouso Alegre/MG, com a área de 300,00 m², com as seguintes medidas e confrontações: 12,00 metros de frente para a Avenida 03, atualmente denominada Avenida José Aurélio Garcia; 12,00 metros de fundos com o lote 05; 25,00 metros de um lado confrontando com o lote 02; 25,00 metros de outro lado confrontando com o lote 04. Matrícula nº 40.304 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre/MG. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 198.600,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 148.361,04.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 27 de novembro de 2026, às 10:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, condomínio, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante. Eventual regularização das áreas construídas, na matrícula, ficará a cargo do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 12 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

RIBEIRO JUNQUEIRA PARTICIPAÇÕES LTDA. CNPJ(MF) sob nº. 56.384.939/0001 - 51

Da Data, da Hora e do Local: Aos 24 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 9:00 horas, reunião realizada na sede da empresa. **Da Presença:** Foi realizada Reunião entre Sócios desta Sociedade Limitada, a qual compareceram os seguintes sócios: **RIBEIRO JUNQUEIRA PARTICIPAÇÕES LTDA**, sociedade empresária limitada, estabelecida na Capital do Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, 146, 9° andar, sala 903, Bairro de Lourdes, CEP 30130-927, com contrato social devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais , sob n°: 244844623 em sessão de 07/08/2024, inscrita no CNPJ(MF) sob n°. 56.384.939/0001 - 51, neste ato representada pelo Sr. Wellington Geraldo dos Santos Ribeiro Junqueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG sob n.º 689.630-(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 198.478.746-20, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.180.120; e pelo Sra. Maria Luzia Magalhães Gomes, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora do RG sob n.º 1.072.313 -(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 526.000.846-49, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.180.120. **ASSISTE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA**, sociedade empresária limitada, estabelecida na Capital do Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro, 146, 9° andar, sala 903, Bairro de Lourdes, CEP 30130-927, com contrato social devidamente registrado e arquivado no Cartório de Pessoa Jurídica de Belo Horizonte / MG, sob n°: 100640 em sessão de 02/02/2026, inscrita no CNPJ(MF) sob n°. 03.053.305/0001 - 50, neste ato representada pelo Sr. Wellington Geraldo dos Santos Ribeiro Junqueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG sob n.º 689.630-(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 198.478.746-20, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.120.180; e pelo Sr. Bernardo Magalhaes dos Santos Ribeiro Junqueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, Engenheiro, portador do RG sob n.º 13.877.412 -(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 016.024.746-21, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.120.180; **ASSISTEMED MEDICINA PARA TODOS LTDA**, sociedade empresária limitada, estabelecida na Capital do Estado de Minas Gerais, na Rua da Bahia, 500, 9° andar, loja 1, Centro, CEP 30160-015, com contrato social devidamente registrado e arquivado na junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob n°: 31211342047 em sessão de 07/05/2019, inscrita no CNPJ(MF) sob n°. 33.550.301/0001-48, neste ato representada pelo Sr. Wellington Geraldo dos Santos Ribeiro Junqueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG sob n.º 689.630-(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 198.478.746-20, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.180.120; e pelo Sra. Maria Luzia Magalhães Gomes, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora do RG sob n.º 1.072.313-(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 526.000.846-49, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.180.120; **OCP EXAMES OCUPACIONAIS LTDA**, sociedade empresária limitada, estabelecida na Capital do Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro,146, 9° andar, sala 904, Centro, CEP 30130-927, com contrato social devidamente registrado e arquivado na junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob n°: 31212743983 em sessão de 21/12/2021, inscrita no CNPJ(MF) sob n°. 44.645.381/0001-31, neste ato representada pelo Sr. Wellington Geraldo dos Santos Ribeiro Junqueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG sob n.º 689.630-(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 198.478.746-20, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.120.180; e pelo Sra. Maria Luzia Magalhães Gomes, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora do RG sob n.º 1.072.313 -(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 526.000.846-49, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.180.120; **OCUPACIONAL MEDICINA DO TRABALHO LTDA**, sociedade empresária limitada, estabelecida na Capital do Estado de Minas Gerais, na Avenida João Pinheiro,146, 9° andar, salas 903 E 904, Centro, CEP 30130-927, com contrato social devidamente registrado e arquivado no Cartório de Pessoa Jurídica de Belo Horizonte / MG , sob n°: 74280 em sessão de 19/11/2024, inscrita no CNPJ(MF) sob n°. 26.231.266/0001-39, neste ato representada pelo Sr. Wellington Geraldo dos Santos Ribeiro Junqueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário, portador do RG sob n.º 689.630-(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 198.478.746-20, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.180.120; e pelo Sra. Maria Luzia Magalhães Gomes, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora do RG sob n.º 1.072.313 -(SSP)-MG, inscrito no CPF(MF) sob n.º 526.000.846-49, residente e domiciliado na Capital de Belo Horizonte, na Rua Alvarenga Peixoto n.º 300 - Apto 1502 - Ed. Toulouse - Lourdes - CEP: 30.180.120; Portanto, alcançado quórum para se efetivar esta Reunião. **Da Composição da Mesa** - Os trabalhos foram presididos pelo secretário o Sr. Willian Oliveira Alves, acima qualificado. **Da Ordem do Dia** - Deliberar sobre a redução do capital social da **RIBEIRO JUNQUEIRA PARTICIPAÇÕES LTDA** no montante de R$ 1.100.000,00 (Um milhão e cem mil reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II, do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, bem como a restituição de parte do valor correspondente a redução aos sócios. **Deliberações Tomadas:** A matéria da Ordem do Dia foi colocada em discussão e votação, tendo sido deliberado, por unanimidade sem ressalvas: **a)** Aprovada a redução do capital social da Sociedade no valor de R$ 200.

Inadimplência nas taxas de condomínio atinge 9,74% em Minas

% DÍVIDAS Aumento das despesas dos moradores provoca atraso no pagamento do rateio da administração de prédios residenciais

ANA LUISA SALES

A inadimplência nas taxas condominiais em Minas Gerais chegou a 9,74% até setembro de 2026, ante 9,33% no primeiro semestre do ano. O índice considera débitos com mais de 30 dias de atraso e, nos primeiros seis meses de 2026, já havia superado o registrado no mesmo período de 2025, quando ficou em 9,07%.

As informações, são de um levantamento da uCondo, empresa de tecnologia para gestão de condomínios, e reúne dados de 1,8 mil empreendimentos mineiros.

Além do avanço dos atrasos, os moradores enfrentam o aumento das despesas condominiais. A taxa média em Minas Gerais passou de R$ 428 no primeiro semestre de 2025 para R$ 488 no mesmo período de 2026, uma alta de 14%. Até setembro deste ano, o valor médio chegou a R$ 505.

No Brasil, o percentual de taxas condominiais com mais de 30 dias de atraso chegou a 12,5% no primeiro semestre de 2026, o maior patamar da série histórica. Na comparação regional, o Sudeste, onde Minas Gerais está localizada, apresentou inadimplência de 12,28%. O índice ficou abaixo do registrado no Norte (19,09%) e no Nordeste (12,71%), mas acima das taxas do Sul (11,61%) e do Centro-Oeste (8,52%).

O encarecimento das despesas condominiais é outro fator que ajuda a dimensionar a pressão sobre o orçamento dos moradores. Para Léo Mack, cofundador e diretor de operações da uCondo, o aumento do comprometimento da renda e o custo do crédito pressionam o pagamento de despesas recorrentes, entre elas as taxas condominiais.

"A taxa do condomínio se tornou mais uma conta dentro do orçamento pressionado das famílias. Mas, diferentemente de outras despesas que podem eventualmente ser adiadas, a arrecadação da taxa está diretamente ligada à capacidade do condomínio de se manter em funcionamento. Complica ainda mais o fato de ser uma estrutura compartilhada. Ou seja, mesmo aqueles que conseguem pagar saem prejudicados", avalia.

O impacto da inadimplência também se estende à administração dos empreendimentos. Despesas com limpeza, manutenção, segurança, consumo de água e energia e serviços terceirizados permanecem independentemente do volume de arrecadação. Com isso, a falta de pagamento compromete o planejamento financeiro e pode exigir ajustes no orçamento dos condomínios.

O levantamento também acompanhou a evolução dos débitos registrados no segundo semestre de 2025. Naquele período, a inadimplência nacional acima de 30 dias era de 11,66%. Até julho de 2026, o percentual recuou para 9,74%, uma redução de 1,92 ponto percentual, equivalente à recuperação posterior de 16,46% dos débitos, segundo os cálculos da empresa. %

"A taxa do condomínio se tornou mais uma conta dentro do orçamento pressionado das famílias"

Léo Mack



As despesas condominiais estão em trajetória de alta em Minas Gerais FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

A **CORTAÇO CORTE DE AÇO LTDA**, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 5452245915, a Licença Ambiental – Classe 0, para atividade de " O EMPREENDEIMENTO POSSUI LICENÇA AMBEINTAL E O PEDIDO SE REFERE A SUA RENOVAÇÃO", localizada na RUA PLATINA, nº 61, Bairro BETIM INDUSTRIAL - BETIM/MG.

SINDICATO PATRONAL DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VARGINHA E REGIÃO - SINDVAR CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em obediência ao estatuto social da Entidade e demais legislações vigentes, pelo presente Edital ficam convocados todos os representados quites e no gozo de seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 23 de novembro de 2026, às 20h30, à Rua Santa Cruz, 757, Sala A, Centro, Varginha/MG, CEP 37002-089, para tratar da seguinte ordem do dia: examinar, discutir e deliberar sobre a Proposta Orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2027. Caso não haja comparecimento legal, a Assembleia será instalada em segunda convocação às 21h deste mesmo dia e no mesmo local, com qualquer número de convocados presentes. Varginha-MG, 16 de novembro de 2026.

Elisete Cristina Carvalho Ribeiro - Presidente

Adriano Jesus dos Santos, nos termos do art. 9º da Deliberação Normativa COMAM nº 102, de 2020, torna público que solicitou ao **Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM / Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA a Licença de Operação Corretiva – LOC** para o **Posto Xavante Caiçara Ltda, CNPJ 42.608.716/0001-16,** posto de abastecimento de veículos, situado à Avenida Presidente Carlos Luz, 445,Caiçara,Belo Horizonte/MG, posto de abastecimento de veículos, Classe 02, conforme solicitação na **Orientação para o Licenciamento de Empreendimento de Impacto - OLEI nº 202604164.**

VÉRTICE METAIS E MINERAÇÃO LTDA.
NIRE 31216850865
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS - VÉRTICE METAIS E MINERAÇÃO LTDA. Ficam convocados os sócios **COPPER HOLDING LTDA.** e **MMD LEGACY PARTICIPAÇÕES S.A.** para a reunião de sócios a realizar-se na sede da sociedade, na Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 498, sala 704, bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG, no dia **23 de novembro de 2026**, às **10h00**, em primeira convocação, com a presença de sócios titulares de, no mínimo, três quartos do capital social, e às **10h30**, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**
1. Inadimplemento da sócia Copper Holding Ltda. quanto à integralização de suas quotas, no valor de R$ 1.500.000,00, e sua caracterização como sócia remissa (art. 1.004 do Código Civil);
2. Exclusão da sócia remissa, com a tomada de suas quotas pela sócia MMD Legacy Participações S.A. ou sua transferência a terceiros, ou, alternativamente, a redução da quota ao montante já realizado (arts. 1.004, parágrafo único, e 1.058 do Código Civil);
3. Alteração e consolidação do Contrato Social.
Belo Horizonte/MG, 09 de novembro de 2026.
MAURICIO MENDES DUTRA – Administrador.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BETIM, ESMERALDAS, IGARAPÉ, MATEUS LEME, JUATUBA E SÃO JOAQUIM DE BICAS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. O Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Betim, Esmeraldas, Igarapé, Mateus Leme, Juatuba e São Joaquim de Bicas, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme previsto no Artigo 32, Inciso V, do Estatuto Social da entidade, convoca todos(as) os(as) associados(as), em pleno gozo de seus direitos estatutários, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 19 de novembro de 2026, às 08h00min, em primeira convocação, e às 08h30min em segunda convocação, na sede do Sindicato, situada à Rua Tereza Machado Lage, nº 19, Brasileia, Betim/MG, para deliberar sobre a seguinte matéria: autorização à Diretoria para compra de imóveis. Betim, 17 de novembro de 2026. Adelmo Dias de Souza – Presidente Interino.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO RIO GRANDE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026. Aviso de Licitação. Processo Licitatório nº 060/2026, Pregão Eletrônico nº 059/2026. Torna pública a abertura do Pregão Eletrônico por Registro de Preços, para futura e eventual contratação de equipamento tecnológico de ensino em formato off-line/on-line, com experimentos e repositório instrucional embarcado digital, simuladores, e aplicativos educacionais que permitem explorar objetivos de aprendizagem previstos na BNCC - Base Nacional Comum Curricular, destinados ao atendimento das necessidades dos municípios consorciados do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Rio Grande – CIMARG. A realizar-se no dia 30/11/2026, às 09h00min (horário de Brasília), na Plataforma Eletrônica: https://liciteai.com.br. O Edital e seus anexos estão disponibilizados pelos sítios: https://liciteai.com.br, https://cimarg.mg.gov.br/licitacoes/, www.gov.br/pncp/pt-br e podendo ser solicitados pelo e-mail: licitacoes@cimarg.mg.gov.br. Lavras/MG, aos 16 de novembro de 2026. Bruno Henrique Fonseca Paiva - Pregoeiro.

SAAE GUANHÃES/MG

1º TERMO ADITIVO CONTRATO 026/2025- RETIFICAÇÃO

Extrato do 1º Termo Aditivo Contrato nº. 026/2025 - SAAE Guanhães e Maria Natalícia Ribeiro- Fornecimento de uniforme administrativo. Objeto: RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO 11 2279354 – 1, dia 12/11/2026, Jornal - https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/. Onde se lê: Objeto: do presente termo aditivo visa alteração do fiscal do contrato e acréscimo de 25% do valor inicial do contrato. Valor total atualizado 33.858,51. Fiscalização será exercida pelo Sr. Guilherme Henrique da Silva, Sra. Tatiane Santos Costa e Sr. Robson Barbosa. Leia-se: Objeto: O presente termo aditivo visa alteração do fiscal do contrato, prorrogação da vigência e acréscimo de 25% do valor inicial do contrato. Valor total atualizado 33.858,51. Vigência até 10/12/2027. Fiscalização será exercida pelo Sr. Guilherme Henrique da Silva, Sra. Tatiane Santos Costa e Sr. Robson Barbosa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI

Pregão Presencial no 002/2026,Processo no 0164/2026. Extrato de contrato no 75/2026.Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços médicos para atender a demanda dos serviços de saúde ofertados pelo município no pronto socorro municipal Contratada: CLIMED – CLINICA MEDICA CASSIA CNPJ no 15.043.067/0001-80. Valor global:R$3.340.800,00.Ibiraci, 16 de novembro de 2026.Paulo Cezar de Oliveira - Prefeito Municipal.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO - TJMG 2ª VARA CÍVEL DE FORMIGA/MG. PROCESSO: 5003594-19.2025.8.13.0261. **EXEQUENTE:** SILMAQ S/A**. EXECUTADO:** SHOPPING DA COSTURA GARCIA FRANCES LTDA. **LOCAL DO LEILÃO:** www.marcoantonioleiloeiro.com.br. **1ª DATA:** 17/02/2027 a partir das 10h00min. **2ª DATA:** 17/02/2027 a partir das 14h00min. **DESCRIÇÃO DO BEM:** Máquina de costura filigrana, área 30x20, modelo JUQI, nº de série ANSYB17684, na data da avaliação em bom estado de uso e conservação. **ÔNUS:** vide edital no site do Leiloeiro. **AVALIAÇÃO:** R$ 32.000,00. **LOCALIZAÇÃO:** Rua Santa Maria, 40, Vila Carmelita, Formiga/MG. **LANCE MÍNIMO:** 1ª data R$ 32.000,00; 2ª data R$ 19.200,00. Maiores informações e esclarecimentos: (31) 3024-4451. Nova Lima/MG, 17/11/2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÂNIA
CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
Aviso de Licitação. Concorrência nº 01/2026. A Câmara Municipal de Guimarânia torna pública a abertura da Licitação, na modalidade Concorrência, que será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme adiante especificada. Objeto: Execução da primeira etapa da construção da nova sede da Câmara Municipal de Guimarânia/MG, compreendendo os serviços preliminares e as fundações de toda a edificação. Abertura da Sessão: 01 de dezembro de 2026. Horas: 16h00min. Local: Câmara Municipal de Guimarânia/MG, sito à Rua Guimarães, nº 270, Centro. O Edital com os dados completos encontra-se disponível no endereço acima especificado e no site: cmguimarania.mg.gov.br, gratuitamente. Guimarânia/MG, 12 de novembro de 2026. Geraldo Herley Peres - Presidente.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FEDERAMINAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Na forma estatutária, ficam convocadas, pelo presente Edital, as Federadas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no **dia 10 de dezembro, quinta-feira,** na sede da Federaminas (Av. Afonso Pena, 726 – 15º andar – Centro - Belo Horizonte), às 09h00 (nove horas), em primeira convocação, e às 09h30 (nove horas e trinta minutos), com qualquer número de participantes, para que examinem e deliberem sobre a seguinte pauta: 1)Discussão e aprovação da Proposta Orçamentária e do Plano de Atividades para 2027.
Belo Horizonte, 16 de novembro de 2026
Valmir Rodrigues da Silva - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2026
O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 59/2026. Objeto:** Contratação de empresa para eventual fornecimento de Carnes e Peixe com vistas a atender as demandas do Munícipio de Nova Lima – MG, por meio das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social e Educação destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Data de realização **01/12/2026 às 09:00h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações.**
Nova Lima, 17 de novembro de 2026.
A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026
O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 058/2026. Objeto: Eventual aquisição de equipamentos odontológicos destinados ao atendimento do Centro de Especialidades Odontológicas e das Unidades de Atenção Primária à Saúde, bem como de equipamentos e mobiliário destinados à estruturação das Salas de Apoio à Amamentação nas Unidades Básicas de Saúde**, destinando itens exclusivamente para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Data de realização **01/12/2026 às 09:00 h**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações.**
Nova Lima, 17 de novembro de 2026.
A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI
Aviso de Intenção: A Prefeitura Municipal de Itanhomi, em cumprimento ao disposto nos artigos 82 a 86 da Lei Federal no 14.133/2021 e no artigo 9º do Decreto Federal nº 11.462/2023, torna público, para conhecimento de todos, a Intenção de Registro de Preços (IRP) referente a processo pela modalidade **Concorrência Eletrônica**, para futura e eventual contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUQ, recapeamento asfáltico, drenagem pluvial e sinalização viária, incluindo serviços complementares de infraestrutura urbana e rural no Município de Itanhomi-MG. Os órgãos e entidades da Administração Pública interessados em participar do referido registro de preços, deverão encaminhar o pedido de adesão através do e-mail itanhomiprefeitura@gmail.com ou licitacao@itanhomi.mg.gov, em até 08 (oito) dias úteis após esta publicação, nos termos do artigo 86 da Lei Federal nº 14.133/21. Informações complementares poderão ser obtidas através dos e-mails acima. Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 12/11/2026. Dr. Arthur Di Carlo Ferreira e Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG
AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154 / 2026 - (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 361 / 2026)
O Município de Varginha (MG), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.240.119/0001-05, com sede na Rua Júlio Paulo Marcellini, nº 50 – Vila Paiva, torna público a abertura de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – do tipo Menor Preço - Item, cujo objeto constitui-se na **aquisição de veículo tipo utilitário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social - SEHAD,** mediante as condições estabelecidas em Edital. **PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** De 17/11/2026 08h30min à 30/11/2026 08h30min. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 30/11/2026 às 08h31min. **REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:** HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. **ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** www.portaldecompraspublicas.com.br **Informações:** Departamento de Suprimentos do Município – E-mail: licitacao03@varginha.mg.gov.br. **Acesso ao Edital:** Mediante acesso ao site www.varginha.mg.gov.br na aba Empresa -> Licitações, ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br.
Varginha (MG), 11 de novembro de 2026.
José Manoel Magalhães Ferreira - Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social

SERVIÇO MUNICIPAL FUNERÁRIO E DE ORGANIZAÇÃO DE LUTO
AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026)
O Serviço Municipal Funerário e de Organização de Luto, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.881.834/0001-70, com sede na Rua Doutor Benevenuto Braz Vieira, nº 455 – Vila Andere, torna público a abertura de processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – do tipo Menor Preço Global, cujo objeto constitui-se no Registro de Preços para eventual **aquisição de materiais de higiene, limpeza e utensílios domésticos,** mediante as condições estabelecidas em Edital. **PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:** De 17/11/2026 às 08h29 à 30/11/2026 às 08h29. **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 30/11/2026 às 08h30. REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:** HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. **ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:** www.portaldecompraspublicas.com.br **Informações:** Departamento de Suprimentos, Compras e Licitações – e-mail: semulcompras01@gmail.com **Acesso ao Edital:** Mediante acesso ao site www.varginha.mg.gov.br na aba Empresa -> Licitações, ou no site www.portaldecompraspublicas.com.br
Varginha (MG), 16 de Novembro de 2026.
Diretor de Administração - Celso Ávila Prado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG
Aviso de Licitação
Processo Licitatório n° 056/26
Pregão Eletrônico nº 015/26
Objeto da Licitação Registro de preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de hortifrutigranjeiros, para atender as necessidades das secretariais municipais de Engenheiro Navarro/MG. Acolhimento das propostas: 16/11/26 a partir das 16h, até o dia 01/12/26 às 08h59. **Início da sessão de disputa de preços: às 09h do dia 01/12/26**. Local: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível nos sites: https://www.portaldecompraspublicas.com.br e https://www.engenheironavarro.mg.gov.br. Setor de Licitações.
Alef Henrique Santos Lopes - Pregoeiro Oficial.

SANDRA TURISMO HOTÉIS S/A
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ 16.934.580/0001-24
NIRE JUCEMG 313.000.435-68
CARTA DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
O Diretor Presidente da SANDRA TURISMO HOTEIS S/A, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os senhores acionistas dessa Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no **dia 19 de dezembro de 2026, às 09:00 h**, na sede social, na Av. Salmeron, 03, Centro, Pirapora-MG, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
Em Assembleia Ordinária:
a) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025.
b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025.
AVISO AOS ACIONISTAS:
Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social, nos documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404, de 15/12/1976.
Pirapora-MG, 10 de novembro de 2026.
Marcelo Ribeiro Felisberto - Diretor Presidente

BANCO SEMEAR S. A.
CNPJ 00.795.423/0001-45 – NIRE 31.3.0001122-4
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - SEGUNDA CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os senhores acionistas do Banco Semear S.A. para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 19 (dezenove) de novembro de 2.026 (dois mil e vinte e seis), às 10:00 (dez) horas, na sede social, na Rua Paraíba, 330 – 20º. Andar, bairro Funcionários, CEP 30.130-917, em Belo Horizonte/MG, a fim de discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos:
I) - aumento do capital social da Instituição mediante emissão de novas ações; e
II) - alteração do artigo 5º do Estatuto Social. Deverão os acionistas, para participarem da Assembleia, exibir documentos de identificação pessoal e, para os que se fizerem representar por procuradores, o(s) mandatário(s) deverá(ão) depositar o(s) respectivo(s) Instrumento(s) de Procuração(ões), contra Recibo, na sede da Instituição, até 05 (cinco) dias antes da data da Assembleia.
Belo Horizonte/MG, 13 de novembro de 2.026.
BANCO SEMEAR S.A.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – ***Roberto Willians Silva Azevedo – Presidente*** **e** ***Márcio José Siqueira de Azevedo – Vice-Presidente.***

SINDICATO PATRONAL DO COMÉRCIO VAREJISTA DE VARGINHA E REGIÃO - SINDVAR CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Em obediência ao Estatuto Social da Entidade e demais legislações vigentes, pelo presente Edital ficam convocados todos os representados quites e no gozo de seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 23 de novembro de 2026, às 19h, à Rua Santa Cruz, 757, Sala A, Centro, Varginha/MG, CEP 37002-089, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e deliberar sobre a Convenção Coletiva de Trabalho a ser celebrada com o Sindicato dos Empregados no Comércio de Varginha e Região, bem como com outros Sindicatos e Federações Profissionais; b) Examinar, discutir e deliberar sobre a delegação de poderes à Diretoria para entabular Negociações Coletivas, assinando os respectivos instrumentos com vigência para o período de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2027, bem como autorizar o ajuizamento de dissídio coletivo e outras medidas judiciais porventura necessárias; c) Examinar, discutir e deliberar sobre a fixação, valores e critérios da Contribuição para custeio do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio 2027; d) Examinar, discutir e deliberar sobre a fixação, valores e critérios da Contribuição Assistencial 2026; e) Examinar, discutir e deliberar sobre a homologação de atos da Diretoria. Caso não haja comparecimento legal a Assembleia será instalada em segunda convocação às 19h30 deste mesmo dia e no mesmo local com qualquer número de convocados presentes.
Varginha - MG, 16 de novembro de 2026.
Elisete Cristina Carvalho Ribeiro - Presidente.

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
3ª Vara Cível da Comarca de Petrolina
EDITAL DE CITAÇÃO – Prazo: 20 (vinte) dias
Processo nº 0018065-14.2023.8.17.3130. Interessado (PGM): MR Motors Comercio de Veiculos Ltda. Espólio - Requerido: Promove Servicos de Divulgacao Propaganda e Marketing EIRELI. O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Petrolina, em virtude de Lei, etc. Faz Saber ao Requerido: **Promove Servicos de Divulgacao Propaganda e Marketing EIRELI** - CNPJ: 41.051.379/0001-46, a(o)(s) qual(is) se encontra(m) em local incerto e não sabido que, neste Juízo de Direito, situado à Pç Santos Dummont, S/N, Forum Dr. Manoel Souza Filho, Centro, Petrolina - PE - CEP: 56302-000, tramita a ação de Procedimento Comum Cível (7), Processo Judicial Eletrônico - PJe 0018065-14.2023.8.17.3130, proposta por Interessado (PGM): **MR Motors Comercio de Veiculos Ltda** - CNPJ: 26.513.817/0002-38. Assim, fica(m) a(o)(s) ré(u)(s) Citada(o)(s) para, querendo, Contestar a ação supracitada no prazo de 15 (quinze) dias, contados do transcurso deste edital. **Advertência:** Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a)(s) autor(a)(es) na petição inicial, com a nomeação de curador especial (art. 344, c/c art. 257, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). **Observação:** O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam. A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, eu, Cristiano T. Lima, o digitei e submeti à conferência e assinatura(s). Petrolina, 3 de março de 2026. **Elisama de Sousa Alves** - Juiz(a) de Direito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA
Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 043/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do equipamento de raio-x, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL. Plataforma de realização da sessão pública: **https://licitar.digital/**. O edital e seus anexos podem ser acessados no PNCP e nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, https://licitar.digital/. Data de abertura: 01/12/2026, às 8h30.

EDITAL DE LEILÃO (AVISO)
O Leiloeiro oficial LEANDRO RODRIGUES, JUCEMG no 1606, torna público que realizará um leilão no dia 03/12/2026, às 10 horas, autorizado pelo COMITENTE VISÃO TOTAL ALFENAS LTDA, CNPJ 45.857.397/0001-70, através do site www.rodriguesleiloes.com.br.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FEDERAMINAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Na forma estatutária, ficam convocadas, pelo presente Edital, as Federadas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no **dia 10 de dezembro, quinta-feira,** na sede da Federaminas (Av. Afonso Pena, 726 – 15º andar – Centro - Belo Horizonte), às 11h00 (onze horas), em primeira convocação, e às 11h30 (onze horas e trinta minutos), com qualquer número de participantes, para que examinem e deliberem sobre a seguinte pauta: a) Referendo do Regimento Interno da FEDERAMINAS, aprovado em seu texto integral, por unanimidade, pela Diretoria, em reunião realizada em 07 de outubro de 2026, ad referendum da Assembleia Geral, nos termos das Cláusulas 4.6, II, 4.16, III, e 7.5, (ii), do Estatuto Social. O texto integral do Regimento Interno encontra-se à disposição das Federadas para consulta na sede da FEDERAMINAS, podendo ser solicitado pelo e-mail federaminas@federaminas.com.br.
Belo Horizonte, 16 de novembro de 2026
Valmir Rodrigues da Silva - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA
Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE tornam pública a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2026**. Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de Retificação dos Emissários de Esgoto no município de Itaúna/MG, com critério de julgamento por **MENOR VALOR GLOBAL**, sob o regime de **EMPREITADA SEMI-INTEGRADA**, processada na plataforma Licitar Digital. O edital e seus anexos podem ser acessados no PNCP e nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://licitar.digital/**. Data de abertura: 14/01/2027 às 8h30.

saiba mais sobre AGRONEGÓCIO no QR CODE ao lado

AGRONEGÓCIO

Morada Nova de Minas quer explorar o couro da tilápia

% PSICULTURA Diagnóstico realizado pelo Sebrae Minas identificou potencial para usar o material, geralmente descartado, nos mercados de moda e decoração

MICHELLE VALVERDE

A piscicultura em Minas Gerais tem registrado índices expressivos de crescimento nos últimos anos, superando a média nacional. Além da produção e comercialização de tilápia, uma nova fronteira econômica começa a se desenhar na região da Represa de Três Marias, tendo como centro das ações o município de Morada Nova de Minas, maior produtor de tilápia do Brasil. Um diagnóstico realizado pelo Sebrae Minas identificou um grande potencial ainda subaproveitado na região: a transformação da pele de tilápia em couro nobre para os mercados de moda, decoração e artesanato.

Atualmente, a pele de tilápia é descartada ou destinada à fabricação de ração, alcançando baixo valor comercial. O projeto do Sebrae visa estruturar uma cadeia produtiva integrada para promover o processamento da pele e a transformação do couro em produtos, gerando maior sustentabilidade e renda local. Segundo a consultora do Sebrae Minas e responsável pelo diagnóstico, Luciana Navarro Cardoso Vale, o potencial de valorização da pele de tilápia é imenso.

"A pele fresca é vendida hoje a cerca de R$ 0,30, mas, se transformada em couro ou em um produto finalizado por artesãs e costureiras, o valor agregado é infinitamente maior."

Para viabilizar a iniciativa, o município não precisará partir do zero em termos de infraestrutura. Morada Nova de Minas já dispõe de um conjunto completo de máquinas industriais, herdado de uma antiga associação que não prosperou. "Conseguimos testar todas as máquinas e elas estão funcionando perfeitamente", explica Luciana Navarro.

"Nosso desafio é despertar o interesse das pessoas e assim poderemos estruturar a cadeia desde a base"
Amanda Guimarães

Um dos passos mais importantes para o avanço do projeto é a estruturação da base produtiva, o que deve acontecer no médio prazo. A analista técnica da Unidade de Agronegócios e Artesanato do Sebrae Minas, Amanda Guimarães, destaca que o foco inicial está na sensibilização e organização dos atores locais. Para isso, o Sebrae promove, no dia 18 de novembro, o seminário "Couro da Tilápia: Oportunidades e Tendências - Da pele ao couro. Do couro ao mercado", em Morada Nova de Minas.

A ideia é apresentar o potencial da iniciativa e estimular a participação de pessoas no projeto. No evento, a estilista Flávia Aranha, referência nacional em moda sustentável e com trabalhos desenvolvidos com couro de pirarucu, será uma das atrações e abordará as possibilidades de transformar o novo material da piscicultura em produtos para a moda, o artesanato e o design.

"Nosso desafio é despertar o interesse das pessoas e assim poderemos estruturar a cadeia desde a base, passando pela articulação com os fornecedores, pelo curtimento com tingimento natural e vegetal, até a padronização do couro e a capacitação de costureiras e *designers*. Precisamos estruturar muito bem essa base em 2027 para que, em 2028, possamos focar no desenvolvimento de produtos e no posicionamento de mercado. É um projeto que tem grande potencial", explicou Amanda Guimarães.

Segmentação - Para a analista de Ambiente de Negócios do Sebrae Minas na região Noroeste e Alto Paranaíba, Isabella da Silva Pereira, a proposta prevê a formação de uma cadeia com diferentes atividades econômicas.
"A gente acredita que vai ser um processo com vários elos. Vamos ter a equipe do curtume, um núcleo que vai transformar essa pele em couro e outro que poderá transformar esse couro em mantas, para facilitar o trabalho de designers e estilistas. Também temos um grupo de costura na cidade, o Costurando Sonhos, formado por várias mulheres", explica


Couro da tilápia é subaproveitado pelos psicultores, sendo vendida por R$ 0,30 o quilo FOTO: WENDERSON ARAÚJO / CNA

Na etapa seguinte, a expectativa é incorporar profissionais ligados à criação e à comercialização, ampliando o alcance econômico da iniciativa. "A gente acredita que também pode ter um núcleo criativo, com estilista, e talvez um núcleo mais jovem para colocar isso nos *marketplaces*. É uma cadeia que pode gerar novos negócios a partir desse novo material", afirma Isabella Pereira.

Ainda conforme a analista do Sebrae, a iniciativa também poderá fortalecer a identidade turística de Morada Nova de Minas e da região, associando a produção de tilápia à criação de produtos com origem no próprio município.

"Hoje o município é conhecido como o maior produtor de tilápia e tem muito turismo de pesca. Então, pensamos em como trazer essa identidade para um contexto mais sustentável e turístico. Dá para fazer roupas, acessórios e até peças para ambientes, como uma poltrona de couro de tilápia", conclui. **%**

% CAFEICULTURA

Mercado europeu terá novas exigências para o café

ANA LUISA SALES

Com a aproximação de dezembro e do fim do ano, produtores de café de Minas Gerais terão que ampliar os mecanismos de controle sobre a origem e as condições de produção para continuar tendo acesso ao mercado europeu. Isso porque, a partir de 30 de dezembro de 2026, começa a aplicação das principais exigências do Regulamento Europeu contra o Desmatamento (EUDR).

A norma condiciona a comercialização de produtos como o café à comprovação de que não são provenientes de áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2020 e de que foram produzidos em conformidade com a legislação do país de origem, incluindo as normas trabalhistas e de direitos humanos.

Na prática, a adequação não envolve apenas demonstrar a origem geográfica do grão. Os produtores também terão que fornecer informações e evidências sobre as condições de trabalho nas propriedades, para que exportadores e operadores responsáveis pela entrada dos produtos na União Europeia consigam cumprir as exigências de diligência devida. A regulamentação prevê que os produtos sejam acompanhados de informações verificáveis sobre sua procedência e legalidade.

Para a sócia-fundadora da Jornadas Consultoria, advogada e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Christiana Freitas, o regulamento estabelece duas frentes de comprovação que precisam ser atendidas simultaneamente: a ambiental e a trabalhista.

"Os produtores de café vão ter que provar tanto, que a terra em que esse café foi produzido é livre do desmatamento, quanto também que essa produção foi feita de maneira legal, ou seja, respeitando os princípios dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas", esclarece.

Embora a obrigação formal de apresentar a declaração de diligência devida seja dos operadores responsáveis pela primeira colocação do produto no mercado europeu, a coleta das informações depende da colaboração dos fornecedores ao longo da cadeia produtiva. Isso significa que propriedades rurais brasileiras poderão receber solicitações de documentos, dados geográficos e comprovações relacionadas às relações de trabalho.

Referência - Um dos pontos de atenção é que a legislação europeia não estabelece um código trabalhista próprio para os produtores brasileiros. O regulamento determina que a produção esteja em conformidade com as leis pertinentes do país de origem. No caso do Brasil, isso inclui o cumprimento das normas nacionais de proteção ao trabalhador e dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente.

A regulamentação europeia considera, entre outros aspectos, os direitos trabalhistas, os direitos de terceiros, os direitos humanos protegidos pelo direito internacional e as regras relacionadas ao uso da terra e à proteção ambiental. Na avaliação de Christiana Freitas, o argumento de que o produtor é pequeno ou de que não tem responsabilidade pelas condições de trabalho de fornecedores e prestadores de serviços não afasta a necessidade de conformidade.

"Independente do tamanho, os produtores estão sujeitos à legislação brasileira. Se ele não cumpre a legislação do país, não vai poder exportar para a União Europeia. Essa é a questão", explica.

A especialista também alerta para a responsabilidade das empresas na contratação de terceiros. A terceirização de determinadas atividades não elimina a necessidade de verificar as condições em que o trabalho é realizado. "Se o produtor não pode garantir a idoneidade da empresa contratada, então que ele não compre desse fornecedor. Essa justificativa da terceirização não é mais válida", pondera. **%**

MM2032

A importância de se importar

BALANÇO **1º Fórum MM2032 terminou com compromissos práticos entre governo, empresas e terceiro setor, mas o verdadeiro teste começa agora, no cotidiano das decisões**

Adriana Muls, Presidente e diretora editorial do Diário do Comércio

Durante décadas, acostumamo-nos a medir o sucesso de encontros empresariais e institucionais pela densidade dos diagnósticos apresentados. Reuniões brilhantes, painéis inspiradores e cartas de intenções impecáveis costumam render ótimos registros fotográficos, mas raramente alteram a realidade na ponta com a velocidade que a sociedade exige. Quando concebemos o 1º Fórum MM2032: Coalizão pelo Futuro, assumimos um risco deliberado: o de recusar a retórica confortável e exigir que o debate se convertesse imediatamente em compromisso prático.

O saldo do fórum, realizado na última quarta-feira (11), confirma que Minas Gerais está pronta para essa virada de chave. Mais do que reunir vozes relevantes do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor, conseguimos mostrar que o fazer colaborativo não é uma utopia acadêmica, mas uma ferramenta de gestão altamente eficiente. Ao conectar as metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) diretamente às dores reais do nosso ambiente de negócios e dos nossos territórios, o fórum ultrapassou a fronteira da discussão e entregou uma agenda objetiva de implementação.

No entanto, celebrar esse primeiro passo não significa declarar missão cumprida, muito pelo contrário. O verdadeiro teste começa agora, no cotidiano das decisões corporativas e administrativas. Sabemos que implantar projetos intersetoriais exige romper barreiras culturais profundas. De um lado, o setor público enfrenta a armadilha da descontinuidade imposta pelos ciclos eleitorais bienais; de outro, muitas empresas ainda enxergam a sustentabilidade e o impacto social como agendas acessórias, desconectadas da estratégia central de crescimento e competitividade.

Superar essa fragmentação demanda um novo perfil de liderança. Precisamos de executivos e gestores que compreendam que nenhuma empresa prospera em um ambiente socialmente degradado e que nenhum governo, por mais bem-intencionado que seja, possui capacidade orçamentária ou operacional para resolver sozinho os gargalos estruturais do Estado. A convergência deixará de ser exceção apenas quando o protagonismo compartilhado se tornar regra de governança.

É por isso que este artigo é, acima de tudo, uma convocação aberta. Os compromissos que começamos a construir no Fórum MM2032 e as iniciativas conjuntas desenhadas para 2027, ano em que o Diário do Comércio celebrará 95 anos e o Movimento Minas 2032 completará uma década de atuação prospectiva, são apenas o alicerce. Para que essa engenharia de transformação ganhe escala estadual, precisamos trazer mais empresas, prefeitos, secretários e lideranças comunitárias para o centro da mesa.

Não basta acompanhar de longe os resultados ou aplaudir as iniciativas pioneiras que já estão em marcha. O futuro de Minas Gerais está sendo construído por agentes dispostos a dividir responsabilidades, compartilhar metodologias e prestar contas de suas entregas. A governança começa a ganhar forma: agora, vamos expandir as ações e, por isso, convido as lideranças a se juntarem a esta coalizão pelas Minas Gerais que queremos ver em 2032.

COALIZÃO

Evento cumpriu objetivo ao sensibilizar participantes

MOVIMENTO MINAS 2032

ANA KARENINA BERUTTI

O 1º Fórum MM2032: Coalizão pelo Futuro, realizado na última quarta-feira (11) pelo Movimento Minas 2032 (MM2032), iniciativa do Diário do Comércio e Instituto Orior, consolidou um plano de trabalho intersetorial com foco na entrega de resultados mensuráveis até 2027. Um dos compromissos firmados foi a implementação da Feira Coalização pelo Futuro inspirada no case apresentado pela Vale e que, de acordo com a presidente do Diário do Comércio, Adriana Muls, vai contribuir para a geração de renda nos territórios.

Na avaliação de Adriana Muls, o fórum cumpriu seu objetivo ao sensibilizar os participantes para reconhecerem a "importância de se importar" e, a partir daí, se unirem para construir projetos colaborativos e avançar em uma agenda de sustentabilidade embasada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Agora, o comitê executivo do MM2032 vai seguir trabalhando ao longo de um ano para tirar do papel uma série de compromissos que serão apresentados no próximo fórum em 2027. "Esses compromissos estão sendo construídos coletivamente e são parte do planejamento do comitê executivo para o próximo ano", assinalou a presidente do Diário do Comércio.



Adriana Muls disse que o comitê executivo do MM2032 vai seguir trabalhando ao longo de um ano para tirar do papel uma série de compromissos que serão apresentados no próximo fórum em 2027 FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ANDERSON ROCHA

"Esses compromissos estão sendo construídos coletivamente e são parte do planejamento do comitê executivo para o próximo ano"
Adriana Muls

Futuro e cases de sucesso - O primeiro painel do fórum abordou o tema "Construção da agenda pública e institucional para a sustentabilidade de Minas Gerais". Com mediação da jornalista do Diário do Comércio Daniela Maciel, a mesa reuniu a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Mila Corrêa; o diretor-executivo de Relações Institucionais e Sustentabilidade da MRV, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG) e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Raphael Lafetá; o presidente do Conselho Deliberativo do Codese-BH, Marcos Brafman; e a coordenadora de projetos na Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), Patrícia Carvalho.

O debate centrou-se na identificação do gargalo invisível que ainda trava, na prática, a colaboração entre governos, empresas e sociedade civil na prática. Para a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Mila Corrêa, o papel do poder público é atuar como facilitador dessa coalizão, assegurando segurança jurídica e atração de investimentos sustentáveis.

Segundo a secretária, o grande gargalo invisível é que o desenvolvimento econômico é prejudicado pelo modelo eleitoral, que atrapalha a continuidade de ações a cada dois anos, porque os pleitos municipais, estaduais e federais se alternam; além disso, o despreparo de muitos gestores municipais favorece a descontinuidade.

Representando a visão empresarial e de articulação estratégica, o vice-presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas e presidente do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Belo Horizonte (Codese-BH), o empresário Marcos Brafman, afirma que os projetos terão continuidade, apesar das mudanças de governo em função do período eleitoral em razão da atuação da associação. "Nesse sentido, o Codese traz uma mudança de paradigma porque acompanha os projetos e sua continuidade através de uma governança colaborativa em parceria com o poder público" assinalou.

Na ponta da iniciativa privada, Raphael Lafetá afirmou que o setor produtivo também é responsável. "É preciso se importar com o bem comum, com o coletivo e preparar as cidades com infraestrutura, habitação e equipamentos para as mudanças climáticas que vão continuar acontecendo", pontuou o empresário.

Para a coordenadora de Projetos na Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), Patrícia Carvalho, existem vários desafios para a Agenda 2030. "A coalização, a Agenda 2030 e os ODS mostram que nem governo, nem empresas e nem sociedade civil fazem nada sozinhos", salientou a representante do governo federal no fórum. **(Veja mais na página 10)**



A HydroScience, que trabalha desde 2015 na recuperação da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte, foi um dos *cases* abordados durante o evento FOTO: HYDROSCIENCE /DIVULGAÇÃO

Pacto de lideranças foi um dos temas do 1º Fórum MM2032

% EVENTO Painel aprofundou a discussão sobre como as corporações estão traduzindo os compromissos ESG em competitividade e desenvolvimento local; quatro *cases* foram apresentados no encontro do último dia 11

ANA KARENINA BERUTTI

Além do tema "Construção da agenda pública e institucional para a sustentabilidade de Minas Gerais", abordado no primeiro painel do 1º Fórum MM2032: Coalizão pelo Futuro, que aconteceu na última quarta-feira (11), no P7 Criativo, em Belo Horizonte. O evento do Movimento Minas 2032 (MM2032) abordou o "Pacto de Lideranças pelo Desenvolvimento de Minas Gerais".

O assunto fez parte do segundo painel e foi mediado pelo superintendente da CDM, Martionei Gomes, e contou a participação do CEO da CSul Desenvolvimento Urbano, Maury Bastos; da relações-públicas na HydroScience, Daiane Nardoni, representando o CEO da empresa Thiago Finkler; da gerente de Projetos da Vale, Polyanna Franco; da coordenadora de Comunicação e Responsabilidade Social da Milplan Engenharia, Bárbara Oliveira.

Durante o fórum, quatro empresas apresentaram *cases* sobre como estão respondendo às demandas do mercado por meio de lideranças propositivas e de entregas de duplo impacto. Um deles foi o "Esse Trem é Bão Demais", que cria oportunidades de geração de renda para pequenos empreendedores das comunidades próximas às operações da Vale em Minas Gerais. Mais de 350 artesãos e produtores de municípios onde a mineradora mantém operações revezam-se em cerca de seis feiras mensais nas unidades da empresa.

Polyanna Franco falou sobre liderança e destacou que sua trajetória sempre foi focada em iniciativas que perdurem, deixem legado, transformem territórios e sirvam de exemplo para inspirar pessoas. "O líder contemporâneo precisa enxergar além do balanço trimestral e compreender o impacto real da sua operação. Quando conectamos a estratégia do negócio às demandas urgentes da sociedade, criamos um círculo virtuoso", ressaltou.

Qualidade de vida - Maury Bastos apresentou outro *case* sobre o desenvolvimento de bairros planejados e sustentáveis, como foi o processo da Lagoa dos Ingleses, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Ele classificou o projeto como inovador e destacou a metodologia internacional, os estudos ambientais e o planejamento de longo prazo com o objetivo de promover a diversificação econômica do município.

O empreendimento busca conciliar valorização imobiliária e atração de negócios de baixo impacto com a conservação de áreas verdes e a melhoria da qualidade de vida urbana.

Daiane Nardoni apresentou dados sobre um dos projetos da HydroScience, que desde 2015 trabalha na recuperação da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte. A iniciativa é pautada pela inovação tecnológica e monitoramento baseado em dados.

Ela destacou a preocupação da empresa com a segurança hídrica, a recuperação e a gestão de ambientes aquáticos. "Nesse sentido, trabalhamos considerando os impactos que governos, pessoas e terceiro setor causam nas águas", disse.

"Quando conectamos a estratégia do negócio às demandas urgentes da sociedade, criamos um círculo virtuoso"
Polyanna Franco

Outro *case* é da Milplan Engenharia. O projeto "Impacto Mil" busca enfrentar um desafio estrutural identificado nas regiões de atuação da empresa: as dificuldades de muitas organizações da sociedade civil (OSCs) em acessar recursos, aprimorar sua gestão e ampliar o alcance de suas iniciativas. Por meio de capacitações, assessoria documental, mentorias e intercâmbio de boas práticas, o programa fortalece essas organizações para que possam potencializar seu impacto positivo e contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento socioeconômico dos territórios.

A representante da empresa, Bárbara Oliveira, também destacou a importância da escuta. "Tudo que está sendo debatido aqui diz muito sobre resiliência, intencionalidade e incômodo. É preciso ter compromisso com as pessoas que estão com você e no território onde você atua", assinalou a coordenadora de Comunicação e Responsabilidade Social da Milplan Engenharia. %



"Esse Trem é Bão Demais" cria oportunidades de geração de renda para pequenos empreendedores das comunidades próximas às operações da Vale em Minas Gerais FOTO: DIVULGAÇÃO / VALE

% Prêmio Conexões que Inspiram

A última atração do fórum foi a solenidade de premiação da 6ª edição do "Prêmio CMVC 2026 Conexões que Inspiram", promovido pela CDM por meio da Comunidade de Voluntariado Corporativo (CMVC). Com abrangência nacional, a premiação certificou iniciativas avaliadas por 16 jurados externos especializados, distribuídas em duas categorias. No total, 38 propostas foram inscritas e validadas. Dentre as seis instituições agraciadas nesta edição, duas são mineiras: Instituto Algar e Instituto Unimed BH.

1ª categoria - Ações Voluntárias Multiempresas - Voltada a iniciativas realizadas de forma integrada entre, no mínimo, duas empresas - públicas, privadas ou de economia mista - e seus institutos ou fundações vinculadas, cujos voluntários atuam em benefício do público-alvo a que se destinam.

1º lugar - Empresa: M. Dias Branco
Iniciativa: Social Massa

2º lugar - Empresa: Companhia Paranaense de Energia (Copel)
Iniciativa: Programa Iluminando Gerações

3º lugar - Empresa: United Way Brasil (UWB)
Iniciativa: Viva Unido Comunidade – Viva a sua Comunidade

2ª categoria - Programas de Voluntariado Empresarial que Contribuem para o Desenvolvimento e Bem-Estar dos Colaboradores Voluntários - Voltada a empresas que contribuem para o Desenvolvimento e Bem-Estar dos Colaboradores Voluntários para a promoção da saúde socioemocional, no desenvolvimento de habilidades e competências dos colaboradores engajados em ações voluntárias, podendo também evidenciar sua relação com a prevenção e a mitigação de riscos psicossociais no ambiente de trabalho ou decorrentes dele, em consonância com a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), atualizada em 2024.

1º lugar - Empresa: Instituto Algar
Iniciativa: Gente servindo Gente

2º lugar - Empresa: Instituto Unimed BH
Iniciativa: Gincana do Cuidado da Sipat: o cuidado nos une

3º lugar - Empresa: Petrobras
Iniciativa: Programa de Voluntariado **(AKB)**

INDÚSTRIA INTELIGENTE



ANDRÉ CHAVES

Vice-presidente da unidade de negócios da Falconi especializada em indústria de base e bens de capital

Escala 6x1 exige boa gestão para se adaptar

Enquanto as novas regras sobre o fim da escala 6x1 não entram em vigor, as indústrias precisam decidir o que fazer com o calendário que existe. A primeira etapa começa em 16 de dezembro, com jornada máxima de 42 horas semanais e dois dias de descanso, sem redução de salário, e o limite de 40 horas vem um ano depois.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) pediu ao menos um ano de transição em audiência de conciliação na última terça-feira (10). Mas dois dias depois, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, decidiu manter o calendário inicial.

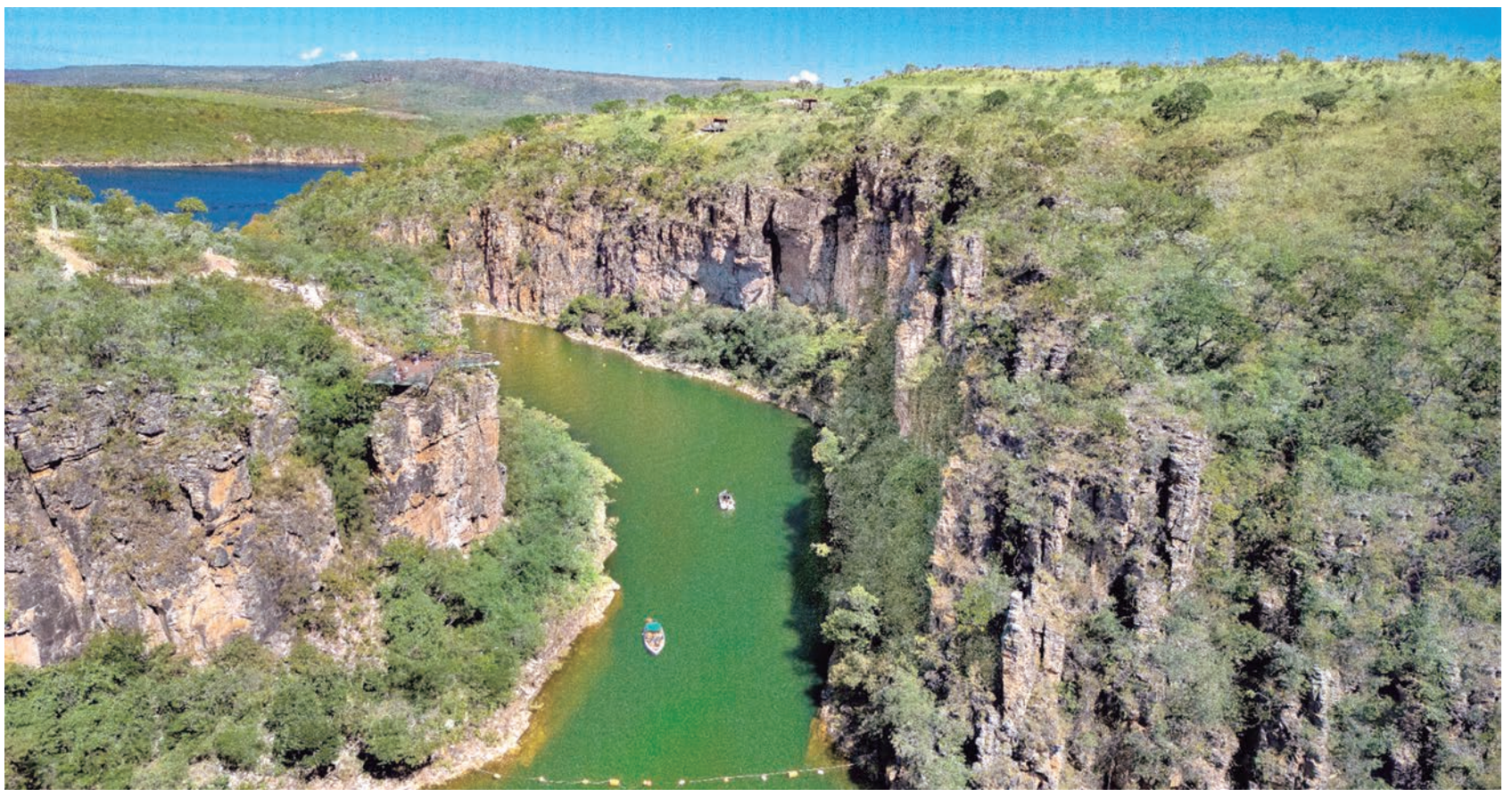
Comece pelo diagnóstico das horas - A CNI estima que passar de 44 para 42 horas, sem corte salarial, eleve em 11% o custo da hora trabalhada, e em até 33% os custos de mão de obra se for preciso contratar para repor as horas. Passar de 44 para 42 horas tira cerca de 4,5% da jornada, e para 40, cerca de 9%; manter a produção exige recuperar perto de 5% de produtividade por hora na primeira etapa e 10% na segunda. O diagnóstico deve mapear, por área e posto, as horas contratadas, as produtivas e onde se perdem: espera, trocas de turno, paradas, retrabalho e deslocamentos internos.

Com a lacuna quantificada, simule as escalas de 42 e 40 horas por área, com férias e ausências, e teste a cobertura dos postos críticos antes de abrir vagas. Onde há exigência de treinamento e certificação por segurança, como na mineração, cobrir folgas depende de pessoas habilitadas, e a formação leva tempo. Comece já a capacitar polivalentes nos cargos de maior risco e menor oferta. Alinhe também manutenção, paradas programadas e logística ao novo calendário, concentrando horas nos momentos de maior valor.

Prepare contratos, negociação e sistemas - O custo também chega pela cadeia: terceiros de manutenção, limpeza, vigilância e logística podem repassar a mesma pressão; revise contratos e escopos com antecedência. Examine os acordos coletivos e procure os sindicatos cedo, pois a CNI defende a negociação coletiva para definir jornadas e algumas mudanças podem depender dela. Quem chegar à mesa com simulações e dados de produtividade negocia melhor. Atualize os sistemas de ponto e folha, já que a hora será mais cara, e conte com apoio jurídico.

Segundo uma especialista em advocacia, o principal risco é alterar a jornada no sistema e manter a rotina antiga na prática, gerando horas extras não previstas e passivos trabalhistas. Prepare os gestores, comunique as equipes com antecedência e acompanhe indicadores simples, como horas extras, absenteísmo, disponibilidade de ativos e produtividade por hora, em reuniões curtas e frequentes. As micro, pequenas e médias indústrias, 80% dos empreendimentos do setor segundo a CNI, tendem a ser mais afetadas. Para elas, é mais realista priorizar poucas frentes de maior efeito do que mudar tudo de uma vez.

A adaptação à nova jornada é um projeto de produtividade com prazo. As indústrias que o tratarem assim chegarão a dezembro, ou a qualquer nova data, com custo menor e operação mais previsível. %



O empreendimento está localizado próximo aos cânions de Capitólio, na região Sul de Minas Gerais, e da Serra da Canastra; metade dos turistas na região é do estado de São Paulo e os mineiros respondem por cerca de 35% FOTO: DIVULGAÇÃO / CATAGUÁ

Empreendimento Cataguá conta com aportes de R$ 450 milhões

% TURISMO Complexo de lazer localizado em Capitólio está aumentando a oferta de atrações

LEONARDO LEÃO

O complexo mineiro de lazer e entretenimento Empreendimento Cataguá está ampliando a oferta de atrações, com investimento total previsto de R$ 450 milhões. Entre as novidades estão a inauguração do Tuná Parque Aquático, prevista para o dia 17 de fevereiro de 2027; a expansão do Pauá Parque; e a construção do Cataguá Resort Esmeralda.

O empreendimento está localizado próximo aos cânions de Capitólio, na região Sul de Minas Gerais, e da Serra da Canastra. Ele ocupa 19% dos seus 1,29 milhão de metros quadrados (m²) de área, preservando 81% de área verde nativa, licenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF).

No caso do Tuná, o aporte previsto saltou de R$ 150 milhões para cerca de R$ 200 milhões após a adição, durante as obras, de dez novidades e de atualizações de projeto. O sócio do Empreendimento Cataguá, Jorge Abukater, destaca a implementação de novas piscinas com água quente, um trevo de acesso com pista dupla na rodovia MG-050 e uma usina fotovoltaica.

O parque aquático de 150 mil m² ainda contará com uma toboágua de 16 metros de altura e quatro pistas, batizada de Tuná Race. Também terá a Praia do Tuná, com duas piscinas de ondas com quatro milhões de litros de água e areia de verdade. Outra novidade será um trecho do Rio Lento, que recria os paredões dos cânions de Capitólio, com diversas quedas d'água. Esse rio percorre todo o empreendimento em uma correnteza.

Já a Mega Rampa com Mega Balde reúne a descida intensa e um balde de mais de 3 mil litros que vira sobre quem está embaixo. Também haverá a Piscina de Bolhas, três ofurôs de águas quentes, o Brinquedo Baby e o Brinquedo Kids (para crianças), o Brinquedo Family, além do Bar Aquático, com *drinks* sem sair da água, restaurante, praça de alimentação e lojas.

Abukater relata que a maior parte das intervenções já foi concluída, restando apenas a montagem da estrutura. Segundo ele, a expectativa é que o complexo Cataguá amplie o fluxo de turistas na região. O Tuná terá capacidade para receber cerca de seis mil pessoas por dia, enquanto no Pauá a capacidade é de aproximadamente três mil visitantes.

"Isso tem nos dado muito ânimo para continuar, porque ele será um divisor de água para a nossa região", diz.

Impacto - A operação vai gerar 200 empregos diretos e 800 indiretos em Capitólio, Passos e outros municípios da região. As cem primeiras vagas já estão abertas. O empresário destaca a vocação turística de Capitólio e garante que o Tuná vem para ampliá-la.

"É o maior parque aquático de Minas Gerais, com padrão internacional, nos cânions de Capitólio, e consolida a região como um dos principais polos de lazer do Estado", afirma.

Metade dos turistas na região é do estado de São Paulo. Os mineiros respondem por cerca de 35%, com destaque para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Divinópolis (Centro-Oeste de Minas) e Alfenas (Sul do Estado). Os demais 15% são do restante do Brasil.

Ele pontua que a beleza e o potencial turístico dos cânions foram os principais fatores que motivaram esse investimento na região. Abukater ressalta que é um projeto de longo prazo em local diferenciado. "Os cânions de Capitólio foram os grandes responsáveis pela decisão de investir nesse local", diz. %

"É o maior parque aquático de Minas Gerais, com padrão internacional, nos cânions de Capitólio, e consolida a região como um dos principais polos de lazer do Estado"
Jorge Abukater

Pauá Parque vai passar por expansão no próximo ano

O Pauá Parque é um dos maiores parques de aventura e lazer do País, onde fica o Mirante dos Canyons, cartão-postal de Capitólio, na região Sul de Minas Gerais, e da Serra da Canastra. O sócio do Empreendimento Cataguá, Jorge Abukater, ressalta que o empreendimento passará por ampliação ao longo de 2027. Isso inclui o lançamento de mais três atrativos no primeiro semestre e de um restaurante para a segunda meta do próximo ano. O investimento previsto é de aproximadamente R$ 15 milhões.

Entre as novas atrações, estão uma tirolesa de *bike*, uma ponte de aventura e um mirante de vidro. O empresário garante que esses projetos ampliarão a capacidade do parque. "Nós temos um cronograma de obras muito intenso para o Pauá no próximo ano", destaca o empresário.

Abukater explica que o Pauá é um parque voltado para o turismo de aventura, enquanto o Tuná Parque Aquático será destinado principalmente ao público infantil, a adolescentes e a famílias. "Capitólio é muito forte no turismo de aventuras, com piscinas naturais e 200 cachoeiras na região", acrescenta.

Outra novidade do complexo é o Cataguá Resort Esmeralda, um *resort* cinco estrelas com padrão de hospitalidade internacional da Rede Wyndham, já em fase de obras. Seus hóspedes terão acesso direto aos parques. O aporte inicial previsto para esse empreendimento é de R$ 235 milhões, com expectativa de inauguração no final de 2029. O imóvel deverá contar com 304 unidades, de três e quatro leitos. **(LL) %**



Aporte previsto no parque de aventura é de cerca de R$ 15 milhões; outra novidade do complexo é o Cataguá Resort Esmeralda, um resort cinco estrelas FOTO: DIVULGAÇÃO / EMPREENDIMENTO CATAGUÁ

saiba mais sobre FINANÇAS no QR CODE ao lado

FINANÇAS

Dólar dispara 2,13% em meio a indefinições na política fiscal

% CÂMBIO Moeda norte-americana atingiu R$ 5,77, o maior patamar registrado desde abril de 2025; mercado ainda tem dúvidas de efetividade das medidas governamentais

São Paulo - O dólar encerrou ontem em forte alta, no maior nível desde abril de 2025, em meio a temores do mercado diante das indefinições sobre o quadro fiscal do País no próximo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

O dólar à vista encerrou o dia com alta de 2,13%, cotado a R$ 5,7770. Às 17h50, o dólar futuro para dezembro subia 2,04% na B3, cotado a R$ 5,8000.

Foco das atenções do mercado nos últimos dias, o projeto de lei complementar que prevê a adoção de uma série de medidas fiscais, com impacto estimado em até R$ 60 bilhões em 2027, terá seus destaques analisados hoje pelo Senado.

O tamanho do pacote, os riscos de desidratação das medidas e as dúvidas sobre sua viabilidade no Congresso vêm gerando preocupações entre os investidores, assim como a avaliação de que ele não será suficiente para conter o crescimento da dívida pública.

"Não basta o governo mostrar como pretende fechar as contas de 2027. Precisa mostrar como pretende estabilizar a dívida nos próximos anos."
Leonardo Mendes

"O ponto central não é simplesmente a aprovação ou não de um pacote, mas a capacidade desse pacote de mudar efetivamente a trajetória da dívida pública", disse o economista e consultor financeiro da Manchester Investimentos, Leonardo Mendes.

Segundo o economista, o mercado ainda não está convencido de que as ações do governo serão suficientes.

"Não basta o governo mostrar como pretende fechar as contas de 2027. Precisa mostrar como pretende estabilizar a dívida nos próximos anos. Enquanto essa resposta não vier, teremos dificuldade para observar uma queda consistente dos juros longos e uma recuperação sustentável do real", completou Mendes.

Nesse contexto, "o investidor está cobrando prêmio mais alto por aqui, isso está bem evidente", destacou o diretor da FB Capital, Fernando Bergallo.

O desempenho da moeda norte-americana no exterior também afetou a dinâmica do mercado de câmbio doméstico. O dólar atingiu seu nível mais alto em relação a uma cesta de moedas desde abril de 2025, sustentado pelos dados elevados de inflação da semana passada e por comentários *hawkish* (duros contra a inflação) do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos).

O índice do dólar, que mede o desempenho da moeda norte-americana frente a uma cesta de seis divisas, subia 0,17%, a 103,580 pontos.

Focus - Ainda no cenário doméstico, a falta de definição sobre os nomes da equipe econômica também preocupa o mercado.

Mais cedo, o site "Poder360" noticiou que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, seria um dos nomes cotados para assumir o Ministério da Fazenda no próximo mandato do presidente Lula. Contudo, o próprio Mercadante negou que esteja disputando cargos no governo e garantiu que sua pretensão é continuar no banco de fomento.

Outro ponto de atenção nesta segunda-feira foi o boletim Focus, que mostrou uma elevação nas projeções do mercado para o dólar. A moeda norte-americana agora é estimada em R$ 5,40 em 2026 e R$ 5,45 em 2027, ante R$ 5,35 e R$ 5,40 na pesquisa anterior, respectivamente.

Ainda na agenda doméstica, o Banco Central divulgou que seu Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), considerado um sinalizador do Produto Interno Bruto (PIB), registrou queda de 0,20% em setembro, segundo dados dessazonalizados. O resultado ficou acima da expectativa de retração de 0,29% apontada em pesquisa da Reuters e marcou o quarto resultado negativo no ano.

Dessa forma, o índice encerrou o terceiro trimestre com retração de 0,9% em relação aos três meses imediatamente anteriores, o primeiro resultado negativo em um ano nessa base de comparação. **(Reuters) %**



Focus estima dólar a R$ 5,40 no final deste ano FOTO: WILLY KURNIAWAN / REUTERS

Indicadores Econômicos

Dólar

		16/11/2026	13/11/2026	12/11/2026
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,7760	R$ 5,6540	R$ 5,6510
	VENDA	R$ 5,7770	R$ 5,6550	R$ 5,6520
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,7318	R$ 5,6512	R$ 5,6137
	VENDA	R$ 5,7324	R$ 5,6518	R$ 5,6143
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,8290	R$ 5,6900	R$ 5,6720
	VENDA	R$ 6,0090	R$ 5,8700	R$ 5,8520

Fonte: BC

Ouro

	16/11/2026	13/11/2026	12/11/2026
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 3.855,58	US$ 3.878,55	US$ 3.873,16
BM&F-SP (g)	R$ 715,66	R$ 715,66	R$ 715,66

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Novembro	1,05	15,00
Dezembro	1,22	15,00
Janeiro	1,16	15,00
Fevereiro	1,00	15,00
Março	1,21	14,75
Abril	1,09	14,75
Maio	1,07	14,50
Junho	1,12	14,25
Julho	1,22	14,25
Agosto	1,09	14,00
Setembro	1,08	13,75
Outubro	1,07	13,75

Reservas Internacionais

13/11..... US$ 364.006 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

• Tabela mensal do Imposto de Renda em 2026 (Fonte: Receita Federal)

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.428,80	Isento	Isento
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,73

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20

Lei nº 15.191, de 11 de agosto de 2025

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

• Tabela de redução do IR mensal de 2026 (Fonte: Receita Federal)

Rendimentos tributáveis mensais	Redução do imposto
Até R$ 5 mil	Até R$ 312,89, zerando o imposto
de R$ 5.000,01 a R$ 7.350,00	R$ 978,62 – (0,133145 x Renda Mensal), até zerar para quem ganha R$ 7.350,00
A partir de R$ 7.350,01	Sem redução.

Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2026

Inflação

Índices	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,27%	-0,01%	0,41%	-0,73%	0,52%	2,73%	0,84%	-0,50%	-1,16%	-0,22%	1,57%	1,47%	4,97%	5,24%
IPC-Fipe	0,20%	0,32%	0,21%	0,25%	0,59%	0,40%	0,45%	0,18%	-0,03%	0,01%	0,51%	-	2,61%	3,42%
IGP-DI (FGV)	0,01%	0,10%	0,20%	-0,84%	1,14%	2,41%	0,87%	-0,79%	-0,86%	0,06%	1,50%	-	3,72%	3,80%
INPC-IBGE	0,03%	0,21%	0,39%	0,56%	0,91%	0,81%	0,65%	0,14%	-0,01%	-0,32%	0,82%	-	4,01%	4,29%
IPCA-IBGE	0,18%	0,33%	0,33%	0,70%	0,88%	0,67%	0,58%	0,16%	0,07%	-0,32%	0,82%	-	3,95%	4,58%
IPCA-IPEAD	0,10%	0,42%	1,13%	-0,07%	0,47%	0,28%	0,28%	1,29%	0,41%	-0,16%	0,21%	-	3,89%	4,38%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.
Salário	1518,00	1518,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00	1.621,00
CUB-MG* (%)	0,08	0,05	6,38	0,15	0,13	0,87	0,38	0,20	0,02	0,23	0,28	0,28
UPC (R$)	24,91	24,91	25,04	25,04	25,04	25,16	25,16	25,16	25,29	25,29	25,29	25,42
UFEMG (R$)	5,5310	5,5310	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899	5,7899
TJLP (&a.a.)	9,07	9,07	9,19	9,19	9,19	9,13	9,13	9,13	9,14	9,14	9,14	9,29

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,4882	0,4946
COLON/COSTA RICA	35	0,4886	0,4899
COLON/EL SALVADOR	40	0,01251	0,01288
COROA DINAMARQUESA	55	0,8439	0,8441
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04606	0,04617
COROA NORUEGUESA	65	0,5939	0,5942
COROA SUECA	70	0,5678	0,5679
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5605	1,5609
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,8678	3,8694
DOLAR/BAHAMAS	155	5,7318	5,7324
DOLAR CANADENSE	165	4,0063	4,0076
DOLAR DA GUIANA	170	0,02724	0,02756
DOLAR CAYMAN	190	6,8644	6,9274
DOLAR CINGAPURA	195	4,446	4,4472
DOLAR HONG KONG	205	0,7305	0,7307
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,8397	0,8535
DOLAR DOS EUA	220	5,7318	5,7324
FORINT/HUNGRIA	345	0,0173	0,01731
FRANCO SUICO	425	6,8301	6,8332
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0009228	0,0009246
IENE	470	0,03592	0,03593
LIBRA/EGITO	535	0,1067	0,1069
LIBRA ESTERLINA	540	7,5574	7,5599
LIBRA/LIBANO	560	0,000064	0,000064
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,04678	0,04717
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1738	0,174
NOVO SOL/PERU	660	1,6781	1,6801
PESO ARGENTINO	665	0,06102	0,06103
PESO CHILE	715	0,005723	0,005731
PESO/COLOMBIA	720	0,001727	0,001729
PESO/CUBA	725	0,2388	0,2389
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09435	0,09497
PESO/FILIPINAS	735	0,08967	0,08984
PESO/MEXICO	741	0,3081	0,3083
PESO/URUGUAIO	745	0,141	0,1412
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7493	0,7508
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002721	0,002738
RENMINBI HONG KONG	796	0,86	0,8602
RIAL/CATAR	800	1,5712	1,574
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,5275	1,5278
RINGGIT/MALASIA	828	1,399	1,4005
RUBLO/RUSSIA	830	0,0694	0,06943
RUPIA/INDIA	860	0,06102	0,06103
WON COREIA SUL	930	0,004288	0,004292
EURO	978	6,3084	6,3102

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2026

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.621,00	7,50
De R$ 1.621,01 até R$ 2.902,84	9,00
De R$ 2.902,85 até R$ 4.354,27	12,00
De R$ 4.354,28 até R$ 8.475,55	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.621,00	5 (*)	81,05
1.621,00	11 (**)	178,31
1.621,01 até 8.478,55	20	Entre 324,20 (salário mínimo) e 1.695,11 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2025		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.980,38	R$ 67,54

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Julho/2026	Setembro/2026	0.004163	0.006568
Agosto/2026	Outubro/2026	0.004160	0.006565

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

03/11	0,01420431	3,17042045
04/11	0,01420525	3,17062877
05/11	0,01420635	3,17087468
06/11	0,01420744	3,17111744
07/11	0,01420809	3,17126409
08/11	0,01420809	3,17126409
09/11	0,01420809	3,17126409
10/11	0,01420879	3,17141941
11/11	0,01420967	3,17161608
12/11	0,01421072	3,17185031
13/11	0,01421182	3,17209463
14/11	0,01421272	3,17229625
15/11	0,01421272	3,17229625
16/11	0,01421272	3,17229625
17/11	0,01421364	3,17250280

Fonte: Fenaseg

TBF

08/11 a 08/12	0,9562
09/11 a 09/12	1,0043
10/11 a 10/12	1,0003
11/11 a 11/12	0,9986
12/11 a 12/12	0,9997
13/11 a 13/11	0,9511

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial	
IPCA (IBGE)	
Setembro	1,0458
IGP-DI (FGV)	
Setembro	1,0380
IGP-M (FGV)	
Outubro	1,0524

TR/Poupança

08/10 a 08/11	0,1212	0,6218
09/10 a 09/11	0,0879	0,5883
10/10 a 11/11	0,0931	0,5936
11/10 a 11/11	0,1241	0,6247
12/10 a 12/11	0,1552	0,6560
13/10 a 13/11	0,1696	0,6704
14/10 a 14/11	0,1695	0,6703
15/10 a 15/11	0,1570	0,6578
16/10 a 16/11	0,1272	0,6278
17/10 a 17/11	0,1303	0,6310
18/10 a 18/11	0,1617	0,6625
19/10 a 19/11	0,1699	0,6707
20/10 a 20/11	0,1698	0,6706
21/10 a 21/11	0,1580	0,6588
22/10 a 22/11	0,1261	0,6267
23/10 a 23/11	0,0959	0,5964
24/10 a 24/11	0,0973	0,5978
25/10 a 25/11	0,1286	0,6292
26/10 a 26/11	0,1599	0,6607
27/10 a 27/11	0,1692	0,6700
28/10 a 28/11	0,1692	0,6700
01/11 a 01/12	0,1196	0,6202
02/11 a 02/12	0,1521	0,6529
03/11 a 03/12	0,1695	0,6703
04/11 a 04/12	0,1696	0,6704
05/11 a 05/12	0,1695	0,6703
06/11 a 06/12	0,1487	0,6494
07/11 a 07/12	0,1166	0,6172
08/11 a 08/12	0,1490	0,6497
09/11 a 09/12	0,1693	0,6701
10/11 a 10/12	0,1691	0,6699
11/11 a 11/12	0,1691	0,6699
12/11 a 12/12	0,1691	0,6699
13/11 a 13/12	0,1456	0,6463

Agenda Federal

Dia 19

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de outubro de 2026 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009): Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987.
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001).
Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSLL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSLL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de outubro de 2026. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pela Lei nº 13.137/2015, art. 24).
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

FGTS - Depósito, em conta bancária vinculada, dos valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) correspondentes à remuneração paga ou devida em outubro de 2026 aos trabalhadores. Caso não seja dia útil, deve-se antecipar o recolhimento.
Notas:
(1) Na data de vencimento ou de validade da guia, o FGTS deve ser recolhido até as 21h59m59s - horário de Brasília.
(Lei nº 8.036/1990, art. 15, caput; Portaria MTE nº 240/2023, art. 27; Manual de Orientação do FGTS Digital - SIT/MTE, Capítulo II, subitem 3.1.1.1; Cartilha Operacional do Empregador - Caixa, subitem 2.8)
(2) A Circular Caixa nº 1.046/2024 divulgou orientações sobre o uso do SEFIP/Conectividade Social para depósito do FGTS em situações de contingência.
Guia do FGTS Digital (GFD)
(veja Nota nº 2)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de outubro de 2026, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, incluído pelo art. 38 da Lei Complementar nº 150/2015).
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

PIS-Pasep - Entidades Financeiras - Pagamento das contribuições cujos fatos geradores ocorreram no mês de outubro de 2026 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009):
PIS-Pasep - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 4574.
Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência outubro de 2026, devidas por empresas ou equiparadas, incluindo as contribuições:
- retidas sobre cessão de mão de obra ou empreitada;
- descontadas dos trabalhadores que lhe tenham prestado serviços;
- descontadas pelas cooperativas de trabalho, dos seus associados, como contribuintes individuais.
Não havendo expediente bancário, deve-se antecipar o recolhimento para o dia útil imediatamente anterior.
Notas:
(1) Produção rural - Recolhimento - Veja Lei nº 8.212/1991, arts. 22-A, 22-B, 25, 25-A e 30, III, IV e X a XIII; Lei nº 8.870/1994, art. 25; Lei Complementar nº 224/2025, art. 4º, caput, § 1º, VI, § 4º, VI; "Perguntas e Respostas - Redução dos Incentivos e Benefícios Tributários" nº 32, da RFB; Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, art. 43, § 8º, I e II, Anexo III e notas 2.4, 3 e 3.3, Anexo IV e nota 8, e Anexo IV e nota 8.
(2) As empresas que optaram pela contribuição previdenciária patronal básica sobre a receita bruta - CPRB (Lei nº 12.546/2011) devem recolher a contribuição correspondente no mesmo prazo.
Darf

Simples Doméstico - Recolhimento relativo aos fatos geradores ocorridos em outubro de 2026:
a) da contribuição previdenciária a cargo do empregador doméstico e de seu empregado;

CONJUNTURA

Shoppings de BH apostam em sorteios e brindes para a data

% NATAL Maioria das campanhas promocionais dos *malls* tem como prêmio principal o automóvel zero-quilômetro; decoração temática também é uma das estratégias para atrair o consumidor

DANIEL DE ANDRADE

Considerado o período mais importante do ano para o varejo, o Natal já começa a movimentar os *shoppings* de Belo Horizonte, que apostam em sorteios de veículos, atrações interativas, distribuição de brindes e decoração temática para chamar a atenção dos consumidores e estimular as compras.

No Minas Shopping, no bairro União, na região Nordeste da Capital, a campanha promocional será realizada entre 1º e 31 de dezembro. Com R$ 600 em compras nas lojas participantes, os consumidores poderão cadastrar as notas fiscais, obrigatoriamente vinculadas ao CPF, no aplicativo do programa de relacionamento do *mall* e receber números da sorte para concorrer a um Fiat Fastback.

A campanha também prevê vantagens adicionais: quem incluir um refrigerante Coca-Cola nas compras receberá três números da sorte extras. Além do sorteio do veículo, o empreendimento promoverá uma ação no formato "compre e ganhe", na qual os clientes poderão receber um panetone da Cacau Show.

De acordo com a gerente de marketing do Minas Shopping, Ana Paula Alkmim, este modelo tem ganhado relevância porque permite que o cliente receba um brinde exclusivo no momento da compra. "Paralelamente, o sorteio de um prêmio de alto valor, ainda que contemple apenas um ganhador, atua como um importante diferencial competitivo na escolha do empreendimento como destino de compras", afirma.

Para sustentar a estratégia, o Minas Shopping ampliou em 15% os investimentos nas ações de Natal em comparação com 2025. Os recursos, segundo Ana Paula Alkmim, contemplam decoração temática, campanhas promocionais, brindes, sorteios, contratação de equipes de promotoria e programação cultural gratuita.

A expectativa comercial é de crescimento de 10% em relação ao Natal do ano passado. Embora não tenha detalhado a projeção por segmento, o shopping observa um movimento de reforço das equipes nas lojas, especialmente nos estabelecimentos âncoras, que ampliam as contratações para atender ao aumento da demanda.

Jeep - No Shopping Del Rey, no bairro Caiçara, na região Noroeste de BH, a campanha de Natal também tem como principal atrativo o sorteio de um automóvel novo. Até 31 de dezembro, os consumidores poderão concorrer a um Jeep Avenger por meio do programa de benefícios, disponível no aplicativo do empreendimento para celulares Android e iOS.

Uma das particularidades da promoção é a ausência de valor mínimo de compras para participar do sorteio. Basta cadastrar uma nota fiscal de qualquer quantia para receber números da sorte, cuja quantidade varia de acordo com a categoria do consumidor no programa de relacionamento.

A partir de 4 de dezembro, o empreendimento terá uma segunda ação promocional. Os clientes que acumularem entre R$ 350 e R$ 750 em compras, de acordo com a categoria no Programa de Benefícios, poderão resgatar um panetone Biscoitê de gotas de chocolate, de 500 gramas, em lata presenteável.

SUV híbrido - No Boulevard Shopping, no bairro Santa Efigênia, na região Leste de Belo Horizonte, a campanha de Natal também aposta em um automóvel de maior valor agregado para estimular as compras. Até 31 de dezembro, os consumidores poderão concorrer a um BYD Song Plus GS 1.5 Turbo.

Para participar, é necessário cadastrar notas fiscais de compras de qualquer valor no aplicativo do empreendimento e aderir à promoção. A quantidade de números da sorte varia conforme a categoria do consumidor no programa de benefícios: clientes três estrelas recebem dez números, os de duas estrelas ficam com cinco e os de uma estrela recebem um.

A cada R$ 1,2 mil em notas fiscais cadastradas, o participante ganha um número da sorte adicional. Compras nas lojas Sephora e Biscoitê e de refrigerantes Coca-Cola também garantem três números extras, conforme o regulamento. **%**

" (...) o sorteio de um prêmio de alto valor, ainda que contemple apenas um ganhador, atua como um importante diferencial competitivo na escolha do empreendimento como destino de compras"
Ana Paula Alkmim



No Boulevard Shopping, no bairro Santa Efigênia, na região Leste de Belo Horizonte, a campanha de Natal também aposta em um automóvel de maior valor agregado para estimular as compras FOTO: PHILLS / DIVULGAÇÃO / BOULEVARD SHOPPING

Expectativa é de aumento de clientes e de vendas

O Shopping Cidade, no centro da Capital, também escolheu um veículo zero-quilômetro como principal prêmio da campanha natalina. Até 24 de dezembro, a promoção Compre & Concorra vai sortear um Renault Kardian Iconic.

Para participar, os clientes precisam acumular R$ 550 em compras e cadastrar as notas fiscais no balcão de trocas, localizado no Piso GG. As compras realizadas nas chamadas lojas aceleradoras, como Florença, Constance e Havaianas, garantem cupons multiplicados.

Durante a Black Friday do empreendimento, entre 26 e 29 de novembro, os consumidores receberão cupons em dobro na troca das notas fiscais, aumentando as chances de concorrer ao automóvel.

A estratégia também contempla uma ação de recompensa imediata. A partir de 3 de dezembro, a cada R$ 550 em compras, os clientes poderão trocar as notas fiscais por uma lata colecionável de bombons, desenvolvida em parceria com a marca mineira Frau Bondan.

O presente, segundo o *mall*, terá duas versões de embalagem, ilustradas com referências à história e à paisagem de Belo Horizonte: o Viaduto Santa Tereza e a Praça da Estação. A promoção será limitada a duas unidades por CPF, permitindo que cada consumidor resgate as duas versões do produto.

"A expectativa dos nossos lojistas é de um crescimento de 10% na contratação de temporários com ótimas chances de efetivação. Esperamos principalmente que os segmentos de vestuário, calçados, perfumaria, cosméticos e brinquedos liderem o crescimento das vendas", afirma a gerente de marketing do Shopping Cidade, Thamara Zaia.

IPhones - No Shopping Estação BH, no bairro Vila Clóris, na região Norte da cidade, a campanha "Natal Feito de Histórias" tem como principal atrativo o sorteio de cinco iPhones 17. A promoção, já em vigor, será realizada até 31 de dezembro e permite a participação mediante o cadastro de notas fiscais de qualquer valor no aplicativo do empreendimento.

A gerente de marketing do *mall*, Anelisse Cota, afirma que a estratégia deste ano procura ampliar o número de consumidores contemplados. O empreendimento também aumentou em aproximadamente 8% os investimentos na decoração natalina em relação a 2025. A estrutura deste ano inclui um circuito gratuito de atrações interativas para crianças, com labirinto, túnel elástico e brincadeiras motoras.

"Nossa expectativa é de crescer cerca de 6% no nosso fluxo de consumidores e para isso a gente tem uma programação extensa e contínua, desde a chegada do Papai Noel até as ações de Black Friday, encerrando a nossa campanha no dia 24 de dezembro", afirma. **(DA) %**


O principal atrativo do Shopping Estação BH para o Natal é o sorteio de iPhones 17 FOTO: NICOLAS PARREIRAS / DIVULGAÇÃO / SHOPPING ESTAÇÃO

Lojistas dos *malls* reforçam quadro de funcionários para o Natal

A preparação para o período também envolve o reforço dos quadros de funcionários de lojas no shopping Del Rey. Segundo levantamento interno realizado pelo estabelecimento com os lojistas, aproximadamente 300 vagas, entre temporárias e efetivas, foram disponibilizadas para atender à demanda do último trimestre de 2026.

Para auxiliar os estabelecimentos na contratação, o empreendimento promoveu um Feirão de Empregos em setembro. Na ação, as marcas puderam divulgar oportunidades, consultar currículos e realizar entrevistas com candidatos.

Outra iniciativa, segundo a gerente de marketing, Kátia Andrade, foi o projeto Del Rey Educa, desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Minas. O programa ofereceu mais de 100 vagas gratuitas em um curso presencial de Qualidade no Atendimento ao Cliente, com capacitação em habilidades e técnicas valorizadas pelo mercado de trabalho.

"As primeiras turmas foram concluídas neste mês e os alunos serão direcionados para oportunidades de entrevistas nas lojas do shopping", afirma a executiva. Por integrar o portfólio da companhia de capital aberto ALLOS, o Shopping Del Rey não divulga os valores individuais dos investimentos realizados na campanha natalina nem as projeções de crescimento de vendas e fluxo de consumidores.

Por fim, o Shopping Estação BH também espera que as ações movimentem o mercado de trabalho. Segundo a gerente de marketing do centro de compras, Anelisse Cota, grandes lojas do empreendimento preveem ampliar em 10% seus quadros de funcionários para atender à demanda de fim de ano. **(DA) %**

saiba mais sobre LEGISLAÇÃO no QR CODE ao lado

LEGISLAÇÃO

% CURTAS

Processo sobre pejotização

A retomada dos processos trabalhistas sobre pejotização coloca novamente sob análise judicial os contratos firmados entre empresas e profissionais que prestam serviços por meio de pessoas jurídicas. Uma decisão proferida no Supremo Tribunal Federal (STF) em junho autorizou o prosseguimento das ações na primeira e na segunda instâncias da Justiça do Trabalho. Segundo o advogado Tiago Lunardão, especialista em direito do trabalho da Andersen Ballão Advocacia, o andamento das ações requer atenção das empresas às condições de execução dos serviços. "Um contrato bem elaborado é importante, mas, diante de uma reclamação trabalhista, também será necessário apresentar provas de que a relação foi conduzida conforme as condições pactuadas", explica.

"Golpe do Nome Limpo"

A Associação Nacional dos Bureaus de Crédito (ANBC) acompanha com preocupação o avanço, em diferentes partes do País, de ações judiciais que buscam a retirada em massa de registros legítimos de inadimplência, sem que as respectivas dívidas tenham sido quitadas ou renegociadas, prática que ficou conhecida como "Golpe do Nome Limpo". Em Minas Gerais, a ANBC identificou 15 ações coletivas envolvendo seis associações e apresentou um pedido de providências à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado. Em uma das ações, em tramitação em Belo Horizonte, os dados atualizados até outubro apontam 75.160 registros de CPF e CNPJ, associados a R$ 38,9 bilhões em dívidas. Os números evidenciam a dimensão das medidas judiciais que buscam a retirada em larga escala de informações dos cadastros de inadimplência.

Pensão por morte

Além do impacto emocional da perda do companheiro, a viuvez costuma trazer uma série de questões financeiras e burocráticas. Entre documentos, contas e reorganização da vida familiar, alguns direitos previdenciários podem passar despercebidos ou ser interpretados de maneira equivocada. Segundo o advogado previdenciário David Mello, do escritório Mello e Furtado Advocacia, uma das principais dúvidas está relacionada à pensão por morte. "Ainda existe a ideia de que basta ser casado para receber uma pensão vitalícia ou, no extremo oposto, de que quem não formalizou o casamento não tem direito a nada. A legislação previdenciária prevê diferentes situações, e conhecer essas regras é importante justamente em um momento em que a família já está lidando com tantas outras questões", explica.

Venda de precatórios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou no último dia 10, por unanimidade, a resolução que cria regras nacionais para a venda de precatórios. A venda só terá efeito perante o tribunal se for feita por escritura pública, registrada eletronicamente, comunicada à nova Central Nacional de Cessões de Créditos de Precatórios e homologada pela Justiça. A norma entra em vigor 30 dias após a publicação. Para Bernardo Ridolfi, sócio da Ridolfinvest, a regra põe no papel o que o credor já deveria perguntar em qualquer negociação. "Quem vende precisa saber quanto o crédito vale hoje, quanto está recebendo por ele e quanto vai cair na conta. Ter isso em um documento público dá ao credor mais segurança para decidir com calma", afirma. A Ridolfinvest é um fundo gerido pela Leen Capital que compra precatórios federais há mais de 20 anos, diretamente e com capital próprio.

Abertura de empresas cresce 8,94% na Capital

% FORMALIZAÇÃO Relatório da Jucemg aponta a constituição de mais de 29 mil empreendimentos em Belo Horizonte entre janeiro e outubro

ANA LUISA SALES

Entre janeiro e outubro deste ano, Belo Horizonte registrou a abertura de mais de 29 mil empresas, o que equivale a um crescimento de 8,94% em relação ao mesmo período de 2025. Os dados são do relatório mensal de registros mercantis da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg), divulgado na última quinta-feira (12).

Embora o resultado tenha sido positivo, os dados da entidade mostram que o ritmo de formalizações perdeu força em outubro. No mês, foram abertas 2,51 mil empresas na capital, queda de 2,82% frente às 2,58 mil constituições registradas em outubro do ano passado.

No conjunto do Estado, foram registradas 105,8 mil novas empresas nos dez primeiros meses de 2026, alta de 8,64% na comparação com as 97,4 mil constituições contabilizadas no mesmo intervalo de 2025. Com o resultado, Minas Gerais superou a marca de 100 mil empresas abertas pelo segundo ano consecutivo, antes mesmo do encerramento de 2026. Em todo o ano passado, foram formalizados 114 mil novos negócios.

Para a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa, os resultados demonstram um cenário dinâmico para os empreendedores. "Superar a marca de 100 mil empresas abertas, ainda em outubro, demonstra a confiança de quem deseja investir e desenvolver seus negócios no Estado. A Jucemg trabalha continuamente para simplificar os processos, ampliar o acesso aos serviços digitais e reduzir a burocracia, contribuindo para que os empreendedores possam formalizar suas atividades com mais agilidade e segurança", comenta.

Apesar da liderança de Belo Horizonte em número de constituições, o resultado de outubro mostra um comportamento diferente do observado no acumulado. A retração mensal também contrasta com o desempenho de municípios como Uberlândia, que registrou 579 novas empresas no mês, e Contagem, com 296.

Na sequência do *ranking* estadual de aberturas acumuladas aparecem Uberlândia, com 6,33 mil empresas entre janeiro e outubro, Contagem (3.512), Juiz de Fora (2.889) e Montes Claros (2.186). Também integram a lista Uberaba (1.972), Betim (1.951), Divinópolis (1.537), Ipatinga (1.361) e Nova Lima (1.327).

Serviços - A maior parte das constituições registradas em Minas Gerais está concentrada no setor de serviços, que respondeu por 80,2 mil novos negócios entre janeiro e outubro, crescimento de 10,91% em relação ao mesmo período de 2025.

O comércio aparece na segunda posição, com 20,9 mil empresas abertas e avanço de 1,58%. Já a indústria contabilizou 4,6 mil constituições, alta de 4,11% na comparação anual.

Na distribuição regional, o Sul de Minas apresentou o maior crescimento proporcional no acumulado do ano, com 12,59 mil novas empresas e expansão de 10,75%. A região Central aparece na sequência, com 49,14 mil constituições e alta de 10,52%, seguida pela Zona da Mata, com 8,7 mil registros e crescimento de 9,82%.

No recorte específico de outubro, os vales do Jequitinhonha e Mucuri lideraram o crescimento proporcional, com avanço de 5,39% em relação ao mesmo mês de 2025. Também apresentaram resultados positivos as regiões Noroeste (4,03%), Triângulo (2,32%), Norte de Minas (1,75%) e Zona da Mata (1,27%). **%**



A Jucemg registrou 105,8 mil empresas em Minas Gerais nos dez primeiros meses deste ano FOTO: DIVULGAÇÃO / JUCEMG

Extinções têm alta de 8,64% no Estado

Enquanto as constituições cresceram 8,64% em Minas Gerais no acumulado de janeiro a outubro, as extinções de empresas também apresentaram alta de 8,64% em relação ao mesmo intervalo de 2025. Ao todo, foram registrados 79,7 mil encerramentos no Estado, dos quais 6,7 mil ocorreram em outubro.

A divulgação mais recente também apresenta diferenças em relação aos números anteriormente publicados para o acumulado até setembro. Na ocasião, a Jucemg havia informado 91,5 mil constituições e 69,14 mil extinções. No levantamento atualizado, os números passaram a 105,8 mil e 79,7 mil, respectivamente.

Questionada sobre a divergência, a junta comercial informou que os dados anteriores haviam sido extraídos de uma referência temporal que não correspondia ao último dia de setembro. Segundo a autarquia, uma atualização do sistema permitiu obter uma base com a referência temporal correta, alterando os resultados acumulados.

A Jucemg esclareceu que a diferença não decorre da incorporação de processos que estavam pendentes de análise, deferimento ou arquivamento, mas exclusivamente da atualização sistêmica.

O levantamento considera empresas de todos os portes, com exceção dos microempreendedores individuais (MEIs), cujas inscrições são realizadas diretamente pelo Portal do Empreendedor, do governo federal. **(ALS)%**

% PORTO-SECO DE JUIZ DE FORA

Licitação é reaberta pela Receita Federal

DANIEL DE ANDRADE

A Receita Federal reabriu a concorrência para selecionar a empresa responsável pela implantação e operação do novo porto-seco de Juiz de Fora, na Zona da Mata. A sessão pública está marcada para 10 de dezembro, às 9h, conforme edital republicado no último dia 3. Apesar do avanço no processo licitatório, a retomada das atividades poderá levar até 18 meses após a assinatura do contrato com a futura permissionária. O terminal anterior está desalfandegado desde 3 de novembro e não pode receber novas cargas.

A concorrência eletrônica prevê a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias pelo prazo de 25 anos, prorrogável por mais dez anos. O critério de julgamento será o maior desconto global sobre as tarifas máximas estabelecidas no edital, com disputa nos formatos aberto e fechado. A empresa vencedora deverá declarar o prazo previsto para o início do funcionamento, respeitando o limite de 18 meses contado da assinatura do contrato.

Uma das mudanças importantes na versão republicada está relacionada à disponibilização do imóvel. Agora, a licitante vencedora terá até 45 dias após a assinatura do contrato para apresentar a identificação do terreno e os documentos que comprovem o direito de uso.

O estudo de viabilidade técnica e econômica (EVTE), atualizado para a republicação do edital, também reduziu de R$ 36,59 milhões para R$ 31,74 milhões a estimativa de investimento inicial utilizada como referência nos cálculos do empreendimento. O montante não representa uma obrigação de investimento mínimo nesse valor para a futura permissionária. A atualização também levou à revisão de parâmetros financeiros do edital, como a garantia contratual, que caiu de R$ 5,5 milhões para R$ 4,82 milhões.

Outra alteração foi a redução da tarifa máxima de armazenagem, de 0,33% para 0,25% sobre o valor CIF (custo, seguro e frete na tradução para o português) das mercadorias importadas e FOB (livre a bordo na tradução para o português) das exportadas. A tarifa de movimentação foi mantida em R$ 14,50 por tonelada.

O edital também atualizou as exigências de infraestrutura, estabelecendo, por exemplo, área coberta de armazenagem de pelo menos 5.18 mil metros quadrados e área descoberta pavimentada de 19.18 mil metros quadrados.

A reabertura da concorrência ocorre em meio à interrupção das atividades do antigo terminal, que representava cerca de 29% dos desembaraços aduaneiros realizados em Minas Gerais, considerando o peso das cargas entre 2020 e 2024. Até a conclusão da licitação, contratação da permissionária, implantação da estrutura e obtenção do alfandegamento, as empresas que utilizavam o recinto precisarão recorrer a outras alternativas para suas operações de comércio exterior.

O porto-seco de Juiz de Fora perde o alfandegamento em 3 de novembro, conforme determinação da Receita Federal. A medida foi restabelecida após uma decisão judicial que derrubou a liminar que permitia a continuidade das atividades da Multiterminais Alfandegados do Brasil. A empresa operava o recinto por força de decisões judiciais desde 2017, quando terminou o contrato de permissão anterior. **%**

POLÍTICA

PT de Minas quer barrar atraso nas compensações da Lei Kandir

% AJUSTE FISCAL Bancada federal do partido apresentará emenda ao pacote do governo para evitar prejuízo do Estado com novas medidas econômicas

itatiaia

A deputada federal Ana Pimentel (PT-MG) anunciou que apresentará uma emenda ao pacote de ajuste fiscal do governo federal para impedir o atraso na compensação de perdas da Lei Kandir devida ao Estado. A iniciativa foi apresentada ontem após encontro que reuniu parlamentares petistas e o governador eleito Cleitinho Azevedo (Republicanos) e sua equipe de transição de governo.

A emenda visa blindar o caixa mineiro de eventuais prejuízos decorrentes das novas medidas econômicas. A proposta de alteração está sendo construída em conjunto com a senadora eleita Marília Campos (PT), que também participou ontem da reunião com Cleitinho.

"Naquilo que se refere a Minas Gerais, a nossa proposta é entrar com uma emenda para que a gente exatamente retire esse processo de atrasar a recompensação pela Lei Kandir para o Estado de Minas Gerais", explicou a parlamentar.

Segundo Ana Pimentel, a emenda será apresentada em parceria com a senadora Marília para que o tema seja debatido durante a tramitação do pacote de ajuste fiscal na Câmara dos Deputados.

Embora o impacto financeiro exato ainda esteja sob análise técnica das assessorias legislativas da Câmara e do Senado, estimativas preliminares apontam para cifras bilionárias.

"A média que as pessoas estavam apresentando era de R$ 3 bilhões, mas esse dado tem que ser melhor analisado", afirmou Ana Pimentel, detalhando que esse montante se refere a perdas "ao longo dos próximos anos".

Críticas internas - Apesar de propor alterações pontuais, a deputada defendeu o conjunto de medidas apresentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu ministro de Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, e criticou setores da esquerda que têm se posicionado contra o pacote. Para a parlamentar, as críticas são "deslocadas" e "irresponsáveis".

"A proposta que foi apresentada pelo presidente Lula nesse momento garante o que ele prometeu nas urnas. Não é o tesouraço que o Flávio (Bolsonaro, PL) prometia, isso não é verdade", declarou.

Ela acrescentou que o texto preserva o orçamento de políticas públicas, como a educação e o programa Pé de Meia. **(Bernardo Estillac) %**



A deputada federal Ana Pimentel disse que a emenda será proposta em parceria com a senadora eleita Marília Campos FOTO: KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS

"Naquilo que se refere a Minas Gerais, a nossa proposta é entrar com uma emenda para que a gente exatamente retire esse processo de atrasar a recompensação pela Lei Kandir para o Estado"
Ana Pimentel

Cleitinho diz que trabalhará para retirar trecho de projeto

O governador eleito de Minas Gerais, Cleitinho Azevedo (Republicanos), classificou como "preocupante" o trecho do ajuste fiscal proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que adia os repasses aos estados da Lei Kandir. Senador da República até o início do ano que vem, ele afirmou que vai trabalhar pela derrubada da medida no Congresso Nacional.

"[Preocupa] demais. Inclusive estou indo para Brasília assim que acabar as reuniões aqui em Minas, porque amanhã (hoje) vamos votar um destaque para barrar essa questão do reajuste fiscal", disse Cleitinho ontem, antes de reunião com a senadora eleita Marília Campos (PT-MG).

O encontro do governador eleito com a senadora petista teve como objetivo discutir soluções para a dívida bilionária do Estado com a União, atualmente orçada em quase R$ 200 bilhões. Em entrevista antes do encontro, Cleitinho afirmou que também pretende ter reuniões com demais parlamentares, citando o senador eleito Domingos Sávio (PL-MG).

"Vamos unir Minas Gerais e acabar de uma vez por todas com essa questão da dívida. Não quero mais falar que o Estado está quebrado. Não adianta a gente falar que o Estado está quebrado, porque aí a gente não traz mais investimentos. Eu quero conversar agora com o presidente da BYD para trazer mais investimentos, mas você acha que algum empresário vai investir em um estado quebrado? vamos acabar com essa energia", declarou.

O trecho do pacote fiscal do governo federal sobre a Lei Kandir propõe o adiamento temporário do repasse dos recursos a estados e municípios entre 2027 e 2030. Segundo a proposta, os repasses de R$ 4 bilhões por ano no período cairá para R$ 1 bilhão.

Os R$ 3 bilhões anuais que deixarão de ser pagos nesse intervalo serão devolvidos e quitados pela União de forma parcelada entre 2031 e 2037. Somente Minas Gerais, deve deixar de receber cerca de R$ 1,5 bilhão no período.

A Lei Kandir é uma medida que determinou que produtos primários, como soja, minério de ferro e petróleo destinados à exportação não pagam Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Minas Gerais foi um dos estados mais afetados pela Lei de 1996, uma vez que é exportador de minério e café.

Em 2020, um acordo entre os estados e a União foi homologado no Supremo Tribunal Federal (STF) garantindo o repasse de R$ 58 bilhões aos entes federais como ressarcimento das perdas da Lei Kandir até 2037. **(Bruno Nogueira** e **Bernardo Estillac) %**

Secretário da Receita defende um limite na utilização de créditos tributários

Brasília - A limitação de créditos tributários prevista no pacote de ajuste fiscal do governo busca restringir compensações cruzadas que equivalem a subsídios a determinados setores, sem afetar a sistemática de não cumulatividade dos tributos, disse ontem o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

A proposta, cujo texto base já foi aprovado no Senado, autoriza o governo a limitar o uso de créditos tributários para quitar débitos de outros tributos federais.

Caso aprovado, o mecanismo poderá ser acionado sempre que o Executivo utilizar a prerrogativa de promover um contingenciamento adicional para perseguir o centro da meta fiscal.

A estimativa é que o governo, com as novas regras, tenha liberdade para congelar entre R$ 12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões em despesas no ano que vem, podendo reduzir em igual montante o uso de créditos tributários para abatimento de outros tributos federais. Ao apresentar a proposta na semana passada, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, disse que o mecanismo permitiria distribuir melhor o custo do ajuste.

Pelos cálculos do relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), essas duas medidas responderiam sozinhas por cerca de dois terços do ganho fiscal potencial do projeto, estimado entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões em 2027.

A medida provocou reação de diversos setores empresariais, que dizem que a restrição pode dificultar a utilização de créditos tributários já reconhecidos e elevar necessidades de caixa das empresas.

Críticos também afirmam que a medida amplia a discricionariedade do Executivo ao permitir que os limites de compensação sejam definidos posteriormente e variem conforme o valor ou a natureza do crédito tributário.

O embate remete a uma tentativa frustrada do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de restringir compensações tributárias.

PIS/Cofins - Em 2024, o Executivo editou uma medida provisória para limitar o uso de créditos do Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) para quitar outros tributos federais, desencadeando forte reação do setor privado, que argumentou que a mudança alteraria abruptamente regras tributárias vigentes e afetaria o fluxo de caixa das empresas.

Dias depois, o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolveu a MP ao governo, impedindo sua tramitação.

Questionado a respeito ontem, Barreirinhas afirmou que a medida não afeta o aproveitamento de créditos dentro do regime de não cumulatividade nem altera a lógica da futura Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), criada pela reforma tributária do consumo que passará a valer a partir do ano que vem.

"Nós nunca impedimos nem limitamos a compensação de um tributo com ele mesmo", disse o secretário em entrevista coletiva, acrescentando que créditos de PIS/Cofins e, futuramente, da CBS continuarão podendo ser utilizados para quitar débitos desses próprios tributos, sem restrição.

Segundo ele, a mudança mira empresas beneficiadas por incentivos fiscais que acumulam créditos presumidos e depois os utilizam para compensar outros tributos federais, como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

"Isso é um benefício fiscal, sim", afirmou Barreirinhas. "Ele não é contribuinte, ele é isento na saída, mas a lei permite que ele tenha créditos presumidos na entrada. Na verdade, isso é uma subvenção. É como se o governo estivesse entregando dinheiro para determinados setores", comparou.

Em nota divulgada na semana passada, 119 entidades empresariais afirmaram que a proposta trata créditos tributários dos contribuintes como se fossem despesa pública, e apontaram que o governo ainda não esclareceu se o crédito retido será devolvido nem em que condições.

"Reter crédito, porém, não é ajuste fiscal. A empresa passa a pagar em dinheiro o tributo que quitaria com seu crédito, a arrecadação sobe e o resultado primário melhora no papel, enquanto a dívida com o contribuinte continua existindo, apenas fora das estatísticas", disse a nota. **(Reuters) %**

saiba mais sobre VARIEDADES no QR CODE ao lado

VARIEDADES

Filarmônica arrecada R$ 5 mi para fundo patrimonial



Fundo patrimonial, que começou com R$ 5 milhões em doações, busca garantir a sustentabilidade da Filarmônica no longo prazo FOTO: DIVULGAÇÃO / EUGENIO SAVIO

DANIELA MACIEL

O sonho de estruturar o fundo de *endowment* (fundo patrimonial) da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais começa a sair do papel com o anúncio de R$ 5 milhões em doações de pessoas físicas. O mecanismo, regido pela Lei nº 13.800/2019, pode receber doações de pessoas físicas e jurídicas. Nas modalidades de doação permanente, o valor doado passa a compor o patrimônio do fundo em caráter permanente. Em regra, os recursos destinados aos projetos ou às atividades da instituição apoiada vêm dos rendimentos.

Esse passo importante para a sustentabilidade da Orquestra e de suas atividades sociais é resultado de um café promovido pelo Instituto Filarmônica, com o tema "Cultura, negócios e desenvolvimento". O evento contou com um diálogo entre o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Antonio Anastasia**,** e o presidente do Conselho Administrativo da Localiza, Eugênio Mattar, mediado pelo presidente do Instituto Filarmônica, Wilson Brumer.

"A cultura cada vez mais se consolida na chamada economia criativa, uma das formas mais importantes de gerar valor e riqueza, gerando empregos, inclusive. Eu acredito que o fomento da cultura como obrigação do poder público é insubstituível para a consolidação da nossa civilização. Eu defendo que o poder público continue fomentando e financiando atividades culturais que geram valor econômico e valor social de integração das pessoas à sociedade", avalia Anastasia.

Ao fim, a surpresa veio com a provocação de Maria Brockerhoff, professora e voluntária em iniciativas em Belo Horizonte, como o Instituto Galo e o Instituto Filarmônica. "Vou propor um leilão. Vamos doar [ela e Rainer Brockerhoff] R$ 2 milhões para começar o fundo patrimonial do Instituto Filarmônica. E agora queremos saber quem mais vai doar", anunciou Maria Brockerhoff.

Em seguida, foram anunciadas as doações de R$ 1 milhão, de Nicolau Esteves, do Grupo Afya, e de R$ 2 milhões, de Eugênio Mattar. "Nós sentimos uma alegria muito grande em participar. Quem teve a iniciativa há mais tempo foi Rainer, que é alemão e vem de uma cultura em que a doação faz parte da vida empresarial, apesar de sermos pessoas físicas. Uma orquestra ou qualquer projeto social só vai pra frente se a comunidade participar", afirmou Maria Brockerhoff.

O momento inesperado emocionou o presidente do Instituto Filarmônica. "Um dos grandes desafios da gestão é criar a sustentabilidade econômico-financeira para a Filarmônica. A ideia do evento era mostrar a importância da cultura no desenvolvimento econômico-social e, ao mesmo tempo, mostrar o que tem sido feito na Filarmônica.

"Um dos grandes desafios da gestão é criar a sustentabilidade econômico-financeira para a Filarmônica"
Wilson Brumer

Dentro da visão de longo prazo, criamos o fundo patrimonial e vamos procurar mecenas que estão dispostos a apoiar a cultura dentro de uma mentalidade de deixar um legado. E hoje fiquei muito feliz e até emocionado com a postura de início, tendo R$ 5 milhões através de três parceiros. Tenho certeza de que, com esse exemplo que foi dado, outros virão caminhando nessa direção, sabendo que é uma ação de médio/longo prazo", explicou Brumer.

O fundo patrimonial é uma iniciativa distinta das demais formas de financiamento e apoio à Orquestra, como o patrocínio direto, os projetos que recebem doações e a atuação da Associação de Amigos, que trabalha com redirecionamento de impostos.

"A Filarmônica é um exemplo de excelência da cultura e da transmissão de valores e formação de jovens. Faz parte dos valores da Localiza estarmos conectados com uma cidadania corporativa que ajuda a cuidar da identidade do povo brasileiro. É um gesto de comprometimento meu apoiar o fundo de *endowment* e fazer parte da história da Filarmônica pelo resto da vida", concluiu Mattar. %



***(da esquerda para a direita)* Antonio Anastasia, Wilson Brumer e Eugênio Mattar debateram cultura e desenvolvimento em café do Instituto Filarmônica** FOTO: DIVULGAÇÃO / WILLIAM GOMES

DiariodoComercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

ACMinas lança guia de negócios internacionais

A ACMinas lança nesta terça-feira (17), às 9h, a edição 2026/2027 do *Minas Gerais International Business Guide*. O evento será na sede da entidade, na rua Paraíba, 1.465, 12º andar, na Savassi, em Belo Horizonte. A executiva Kathleen Garcia, conselheira da Copasa, do BDMG, da Codemge, da Fapemig e da Cemig Sim, fará uma palestra sobre investimentos internacionais, minerais críticos e oportunidades de negócios em Minas Gerais.

Adriana Maugeri é eleita Executiva do Ano

A presidente-executiva da Associação Mineira da Indústria Florestal (Amif), Adriana Maugeri, recebeu o título de Executiva do Ano na 4ª edição do Prêmio HDOM, em 2026. A premiação reconhece sua atuação no fortalecimento da representação do setor florestal brasileiro. Neste ano, sua gestão promoveu iniciativas de cooperação com China e Indonésia em temas como tecnologia, rastreabilidade e acesso a mercados. Adriana Maugeri também preside a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura e Pecuária.



FOTO: DIVULGAÇÃO / INTERFACE

Papai Noel dos Correios abre adoção de cartinhas

A 37ª edição da campanha Papai Noel dos Correios tem mais de 100 mil cartinhas disponíveis para adoção em todo o país. Em Minas, após o lançamento em Belo Horizonte, a campanha chega nesta semana a Poços de Caldas (17), Teófilo Otoni (18) e Uberlândia (19). As cartas podem ser adotadas nas agências participantes ou pelo Blog Noel (*blognoel.correios.com.br/blognoel/*), com CPF ou CNPJ. Os presentes devem ser entregues presencialmente, embalados e identificados, nos pontos indicados no Blog Noel.

Congonhas recebe mostra gratuita

A mostra "Experiências Cinematográficas em Congonhas" segue até 12 de dezembro no Cineclube do Centro Cultural da Romaria. A próxima sessão será no sábado (21), às 18h, com "Garota Negra", de Ousmane Sembène, em alusão ao Dia da Consciência Negra. A programação inclui "Pixote, a Lei do Mais Fraco", "O Circo", de Charles Chaplin, com projeção em película de 16 mm, e "Cantando na Chuva", que encerra a mostra. A entrada é gratuita, por ordem de chegada e sujeita à lotação.